

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS (CCJE)
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS (FACC)
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADE DE INFORMAÇÃO (CBG)

LIDIANE ARAÚJO FIRMINO

PRÁTICA INFORMACIONAL E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NA EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS

Rio de Janeiro

2017

LIDIANE ARAÚJO FIRMINO

**PRÁTICA INFORMACIONAL E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Dra. Marianna Zattar

Rio de Janeiro

2017

Catálogo na fonte

F525 Firmino, Lidiane Araújo
Prática Informacional e Competência em Informação na Educação de Jovens e Adultos / Lidiane Araújo Firmino. – Rio de Janeiro, 2017.
62 f.

Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia)
– Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação,
Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Orientadora: Marianna Zattar.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Competência em informação.
3. Prática informacional. I. Zattar, Marianna. II. Universidade
Federal do Rio de Janeiro. III. Título.

CDD 025

LIDIANE ARAÚJO FIRMINO

**PRÁTICA INFORMACIONAL E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2017.

Bibliotecária Mestre Erica Resende

Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professora Doutora Nysia Oliveira de Sá

Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professora Doutora Marianna Zattar (Orientadora)

Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação

Universidade Federal do Rio de Janeiro

A Deus, por me conduzir nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Em 2014 iniciou-se uma nova etapa na minha vida. Um mundo novo a ser descoberto, cheio de desafios. Ingressar na vida acadêmica foi como nascer novamente. E foi dentro do Curso de Biblioteconomia que me encontrei, e despertei para um universo cheio de oportunidades e encantamentos. Percorri longos caminhos no decorrer desses quatro anos, mas sempre soube que não estava só. Portanto, quero registrar a minha eterna gratidão pelo apoio para chegar aqui.

A Deus, em primeiro lugar, que me cobriu com todas as suas bênçãos e o seu amor.

À minha mãe, Maria de Fátima, que é o meu maior exemplo de força e honestidade nesta vida. Por me ensinar a lutar, sempre me amando, apoiando e acreditando. Você é a minha heroína!

Ao meu companheiro e cúmplice de todos os projetos na minha vida, Márcio José, por acreditar e sonhar junto. Obrigada pelo amor e paciência, pois sei que perturbei o seu juízo muitas vezes quando a caminhada estava difícil.

A toda minha querida família, principalmente aos meus irmãos, Cleide, Roberta, Luciana, Nando e meu sobrinho amado, Bruno, que fazem meus dias se encherem de amor e alegria.

À turma 2014.1, que me recebeu de braços abertos, e especialmente as amizades que a “Biblio” me deu de presente: Rosilene Gomes, Cristiana Siqueira, Gabriel Teixeira, Priscilla Vigotsky e Daniel Strauch. Vocês foram meu suporte, minha força e a parte mais linda de toda essa caminhada.

À minha eterna amiga/ irmã do coração Cristiane Sousa, por me incentivar a nunca desistir dos meus sonhos.

À minha orientadora, professora Marianna Zattar, que com toda sabedoria, humildade e paciência conduziu este trabalho do início ao fim. Obrigada pelo apoio e presença. Seu cuidado e suas palavras de carinho, principalmente na etapa final deste trabalho, foram o suporte nos momentos difíceis, mostrando sempre que mais importante é o caminho.

Aos membros da banca pela aceitação e disponibilização para participar desta avaliação: Profa. Dra. Nysia Oliveira de Sá e a Bibliotecária Mestre Erica Resende.

Aos amigos do trabalho (antiga Seplag), que me apoiaram incondicionalmente e estiveram ao meu lado no dia-a-dia, me dando o suporte para tornar esse sonho possível.

Aos professores, pelos ensinamentos e experiências compartilhados para contribuir nesta formação.

À servidora Solange Regina G. Bergamini, coordenadora do Projeto de Letramento de Jovens e Adultos da COPPE, por me receber tão gentilmente e contribuir no desenvolvimento desta pesquisa.

À UFRJ, ao CBG, e também ao SiBI pelo espaço e aprendizado durante todo o percurso.

Eterna Gratidão a todos!

“Onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender.” (FREIRE, 2000, p. 85).

RESUMO

Apresenta um trabalho de conclusão de curso que tem como objetivo estudar as práticas informacionais dos alunos do programa de Educação de Jovens e Adultos. Indica como referencial teórico os estudos relacionados à Educação de Jovens e Adultos (Vera Maria Masagão Ribeiro, Gisele Serrano da Silva e Maria Sara Abdala Martins), à Prática Informacional (Carlos Alberto Ávila Araujo, Reijo Savolainen, Regina Marteleto e Denise Morado Nascimento), e à Competência em Informação (Elizabeth Adriana Dudziak e Regina Celia Baptista Belluzzo). Utiliza uma pesquisa exploratória e descritiva nos procedimentos metodológicos e descreve a abordagem quali-quantitativa da análise dos questionários aplicados junto aos participantes do projeto de Letramento de Jovens e Adultos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Destaca, como principal resultado, que a educação de jovens e adultos requer a promoção da competência em informação, indicando como resultados parciais que 80% dos alunos que participaram da coleta de dados não utilizam os serviços da biblioteca para as pesquisas. Aponta também que 50% diz preferir fazer suas pesquisas consultando outras pessoas e indica o professor como sendo a pessoa mais consultada, e por outro lado mostra que 50% dos alunos preferem utilizar a internet como recurso para as pesquisas. Conclui que as práticas informacionais devem estimular atitudes críticas, éticas e solidárias de forma a garantir a cidadania e, assim, a inclusão social.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Competência em informação. Prática informacional.

ABSTRACT

This work aims to study the informational practices of the students from the Education of Young and Adults Program. It indicates as theoretical approaches the studies related to Education of Young and Adults (Vera Maria Masagão Ribeiro, Gisele Serrano da Silva and Maria Sara Abdala Martins), Informational Practice (Carlos Alberto Ávila Araujo, Reijo Savolainen, Regina Marteleto and Denise Morado Nascimento) and Information Literacy (Elizabeth Adriana Dudziak and Regina Celia Baptista Belluzzo). It uses an exploratory and descriptive research in the methodological procedures and describes the qualitative-quantitative approach of the analysis of the questionnaires applied to the participants of the project of Literacy of Young and Adults of the Federal University of Rio de Janeiro. It highlights, as the main result, that youth and adult education requires the promotion of information literacy, indicating as partial results that 80% of the students who participated in the data collection do not use library services for research. It also points out that 50% say they prefer to do their research by consulting other people and indicate the teacher as the most consulted person, and on the other hand shows that 50% of students prefer to use the internet as a resource for research. It concludes that informational practices should stimulate critical, ethical and solidary attitudes in order to guarantee citizenship and, thus, social inclusion.

Keywords: Youth and Adult Education. Information Literacy. Informational Practice.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALA	<i>American Library Association</i>
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Brapci	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CBBD	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação
CBG	Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação
CF	Constituição Federal
CI	Ciência da Informação
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CoInfo	Competência em Informação
Coppe	Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia
CPC	Centros de Cultura Popular
CT	Centro de Tecnologia
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
Encceja	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
EUA	Estados Unidos da América
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
IL	<i>Information Literacy</i>
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LipE	Laboratório de Informática para a Educação
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação
MIL	<i>Media and Information Literacy</i>
Mobral	Movimento Brasileiro de Alfabetização
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 –	População fora das escolas – ano 2015.....	29
Gráfico 2 –	Número de matrícula de EJA por etapa de ensino – Brasil – 2008 – 2016.....	34
Figura 1 –	Como identificar notícias falsas.....	39
Gráfico 3 –	Sobre o nível que o aluno está cursando no Projeto.....	42
Gráfico 4 –	Sobre a faixa etária da comunidade.....	43
Gráfico 5 –	Sobre busca e uso da informação.....	45
Gráfico 6 –	Sobre as formas de buscas.....	46
Gráfico 7 –	Sobre as pessoas para quem costumam perguntar.....	47
Gráfico 8 –	Sobre pesquisas em biblioteca.....	48
Gráfico 9 –	Sobre pesquisas na internet.....	49
Gráfico 10 –	Sobre os canais de pesquisa.....	50
Gráfico 11 –	Sobre preferência de como pesquisar.....	50
Gráfico 12 –	Sobre avaliação das informações.....	52

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	PROBLEMA.....	12
1.2	OBJETIVO GERAL.....	12
1.3	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
1.4	JUSTIFICATIVA.....	12
1.5	ESTRUTURA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	14
2	PRÁTICA INFORMACIONAL E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO.....	15
2.1	PRÁTICA INFORMACIONAL.....	15
2.2	COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO.....	20
3	PANORAMA DA EDUCAÇÃO/ ENSINO NO BRASIL.....	26
3.1	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA).....	30
3.1.1	Projeto de Letramento de Jovens e Adultos.....	35
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	37
4.1	CAMPO DE PESQUISA, POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	37
4.2	ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	37
4.3	TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	38
5	PRÁTICA INFORMACIONAL E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	41
6	CONCLUSÃO.....	53
	REFERÊNCIAS.....	55
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO: SUJEITO (A) DA PESQUISA	59
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS DO PROJETO DE LETRAMENTO DE JOVENS E ADULTOS DA COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA (COPPE) - UFRJ	61

1 INTRODUÇÃO

A educação é o pilar para o desenvolvimento social, cultural, político e econômico de uma sociedade. Pode-se dizer que a escassez de investimento ou de planejamento específicos na área da educação é capaz de levar uma população à marginalização e ao subdesenvolvimento, refletindo diretamente na formação e no futuro das pessoas. Portanto, as instituições públicas, civis e privadas, bem como a população devem participar direta ou indiretamente no planejamento de políticas públicas, visando o estabelecimento de metas e ações para o desenvolvimento do ensino em território nacional.

No Brasil, o processo de construção da educação passou por diversas etapas no cenário político e econômico desde o início da sua história. Nos aspectos formais destaca-se o seu posicionamento como direito básico na atual Constituição Federal. No entanto, percebe-se que os resultados alcançados ao longo dos anos e práticas ainda estão distantes de atingir o ideal e de atender as necessidades da população. Prova disso é a taxa de insucesso (soma de reprovação e abandono) no ensino médio, que apresenta uma maior concentração nas regiões Norte e Centro-Oeste do país, variando de 20,1 a 100% no ano de 2015, conforme os dados do Censo Escolar de Educação Básica 2016 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2017).

No contexto da educação formal destaca-se a Educação de Jovens e Adultos, que tem como objetivo alfabetizar àqueles que não tiveram acesso ou continuidade aos estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, ou seja, dos 6 (seis) aos 17 (dezessete) anos de idade. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em dados do Censo Escolar de Educação Básica 2016, a população de alunos frequentando a Educação de Jovens e Adultos corresponde a 3,4 milhões de pessoas (INEP, 2017). Esses alunos sofreram um processo de interrupção no processo de aprendizado durante o ensino regular dentro do período estipulado, o qual compreende o ensino fundamental a partir dos 6 anos de idade, com duração de 9 anos e o ensino médio dos 15 aos 17 anos de idade.

Para o ex-presidente dos Estados Unidos, Obama (2009) “Uma cidadania educada e informada é essencial para o funcionamento da nossa sociedade moderna e democrática”. Sendo assim, o indivíduo que se desenvolve por meio da educação será um cidadão informado de seus direitos e deveres, e ciente de seu papel diante da sociedade, onde irá atuar para o desenvolvimento da comunidade na qual está inserido. Para isso, o estado deve garantir o acesso à educação e à informação, principalmente às pessoas menos favorecidas e em estado

de desigualdade perante a sociedade. Dentro dessa perspectiva educativa e cidadã, a Competência em Informação vem atuando com o objetivo de promover a autonomia crítica informacional em contextos complexos na medida em que prevê a participação efetiva na democracia do país nos mais diversos ambientes.

Na literatura do campo de estudos da informação vislumbra-se que as práticas do desenvolvimento da Competência em Informação habilitarão as pessoas para o uso adequado de técnicas para localizar dentro de um universo maior e complexo a informação desejada. Portanto, é fundamental que as instituições de ensino estejam atentas as necessidades de seus educandos, disponibilizando ferramentas adequadas e principalmente profissionais preparados para desenvolver iniciativas dentro desse contexto informacional.

1.1 PROBLEMA

Quais as práticas informacionais dos alunos da modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA)?

1.2 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste trabalho é estudar as práticas informacionais dos alunos da modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos deste trabalho são:

- a) identificar a comunidade e contexto estudados;
- b) identificar os aspectos relacionados à busca, ao uso e à avaliação da informação.

1.4 JUSTIFICATIVA

O conhecimento e o avanço tecnológico são fatores responsáveis pelo aumento da competitividade ao redor do mundo. Estar inserido num ambiente onde a valorização pelo conhecimento e habilidades com o uso da informação e das ferramentas que facilitam o seu acesso, é ter a possibilidade de buscar o crescimento profissional e pessoal simultaneamente,

tornando o indivíduo capaz de aprender, caminhar e se tornar um multiplicador do conhecimento para a sociedade. Portanto, este estudo promove uma análise em relação às práticas informacionais de alunos que tiveram seu processo de aprendizagem interrompido e retomaram os estudos posteriormente através de um programa específico para o ensino de jovens e adultos, possibilitando um melhor conhecimento do perfil desse público e das ações tomadas pela própria instituição de ensino. Esta análise permite identificar as práticas informacionais dos alunos inseridos dentro do contexto de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Saber pesquisar e avaliar as fontes de informação, buscando fontes confiáveis que garantam a qualidade da informação adquirida é garantir a disseminação da informação verídica e o futuro da produção de novos conhecimentos e descobertas, pois a produção científica é construída com base no estudo e na pesquisa do conteúdo existente e consolidado, referente à área do conhecimento para qual esteja sendo desenvolvido um novo saber. Partindo dessa premissa, foi realizada uma busca dentro da Base de Dados em Periódicos da Informação (Brapci), fonte de informação referencial para os estudos no campo da informação em nível nacional, utilizando o termo, “Educação de Jovens e adultos”. No resultado foi identificado um total de quatro publicações referentes ao tema. Visualiza-se que a presente pesquisa se faz relevante para o futuro do campo de estudos da informação, bem como para a sociedade, pois trata-se de uma comprovação do interesse dos pesquisadores sobre o assunto, e também pela perspectiva de continuidade da pesquisa científica, tendo em vista a importância do tema para o desenvolvimento educacional e social do indivíduo. A pesquisa justifica-se também pela formação em Biblioteconomia, sob uma perspectiva social da área, pois o bibliotecário (a) desenvolve também o papel de educador (a), seja por meio da elaboração de atividades na unidade de informação ou pelo apoio educacional aos docentes e discentes.

Por fim, esta pesquisa justifica-se pela existência de uma relação pessoal e direta com este tema, especialmente nos aspectos relacionados à análise do contexto de ensino voltado para pessoas que, por razões particulares e diferenciadas, não puderam participar da educação no “momento normal”, ou seja, daquele em que o indivíduo inicia suas atividades escolares na infância e faz o seu percurso de forma ininterrupta até a sua formação escolar e profissional.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Estudar as práticas informacionais dentro de um determinado contexto e grupo de pessoas possibilita o entendimento sobre o atual ambiente em que elas estão inseridas, analisando as ações a partir das dinâmicas informacionais. Sendo assim, este trabalho está composto por cinco seções primárias, além desta introdução e dos elementos pós-textuais. A segunda seção temática deste trabalho introduz a Prática Informacional e a Competência em informação, dividindo-se em duas subseções para tratar mais especificamente sobre esses dois campos de estudos da Ciência da Informação (CI). A terceira seção e subseção temáticas contemplam, respectivamente, o Panorama da Educação/ Ensino no Brasil e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Dentro desta terceira seção é apresentado o Projeto de Letramento de Jovens e Adultos, realizado pela Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) de forma a particularizar o campo estudado. A quarta seção e suas três subseções detalham os Procedimentos Metodológicos, bem como o campo de pesquisa, população e amostra, os aspectos éticos da pesquisa e as técnicas de coleta e análise de dados utilizadas neste trabalho. A penúltima e quinta seção aborda as Práticas Informacionais e a Competência em Informação dentro da Educação de Jovens e Adultos. Por fim, a sexta seção apresenta a conclusão desta pesquisa, assim como os resultados alcançados e as propostas para continuidade dos estudos no escopo selecionado para o trabalho de conclusão de curso.

2 PRÁTICA INFORMACIONAL E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Esta seção traz o aporte conceitual necessário para que se compreendam duas áreas de estudos dentro do campo de estudos da informação, quais sejam: A Prática Informacional e a Competência em Informação (CoInfo). A primeira subseção apresenta os estudos sobre a Prática Informacional, campo este responsável pelo surgimento das primeiras pesquisas e estudos voltados para os usuários da informação. A segunda subseção trata sobre os estudos da Competência em Informação, mostrando a sua importância, e de que modo os profissionais desta área da informação estão se mobilizando em função de uma conscientização para o uso adequado da informação, a fim de promover a formação do indivíduo.

2.1 PRÁTICA INFORMACIONAL

O estudo sobre prática informacional requer que sejam apresentadas as questões relacionadas às abordagens do campo de estudos da informação. Nesse contexto, de acordo com Capurro (2003 apud ARAÚJO, 2012) a Ciência da Informação (CI) teve sua origem em meados do século XX com enfoque no paradigma físico, porém, após novas pesquisas no campo, surge uma nova abordagem que ficou conhecida como abordagem cognitiva, a qual também foi alvo de críticas, abrindo espaço para o surgimento de um novo paradigma, denominado social. Portanto, segundo o autor, a história da CI divide-se em três paradigmas: o físico, o cognitivo e o social. Tal divisão é um recurso didático e metodológico e qualquer um desses (e de outros) paradigmas não deve ser observado de forma isolada e excludente, pois parte-se da compreensão que qualquer estudo e prática no campo de estudos da informação deve considerar as especificidades.

Segundo o paradigma físico, a informação era analisada de forma isolada, pois não se acreditava que ela sofria influências do que estava a sua volta. Assim, a informação foi definida como um fenômeno objetivo, sendo vista neste primeiro momento como algo que poderia ser passado adiante, não dependendo de sujeitos e nem de contextos para sua existência. Havia, portanto, uma preocupação apenas com o comportamento da informação e as condições de sua transferência entre aqueles que geravam e a utilizavam (CAPURRO, 2003 apud ARAUJO, 2012).

Ao final da década de 1970, a informação passa a ser estudada de uma forma diferente. O filósofo Karl Popper (apud ARAUJO, 2012, p. 146) identificou a existência de três “mundos”: o físico, o da consciência e o do conhecimento objetivo:

O físico, formado pelos objetos físicos da natureza; o da consciência, formados pelos pensamentos do homem; e o do conhecimento objetivo, isto é, aquele composto pelos elementos da consciência humana transformados em objetos físicos.

Dentro desse contexto, autores da área da CI, como por exemplo, Belkin e Brookes “associaram a ideia de “conhecimento objetivo” com o conceito de informação” (ARAÚJO, 2012, p.146). A partir dessa ideia de três “mundos” e com o foco voltando-se para os estudos cognitivos da informação, surge então o paradigma cognitivo. Araujo e Pinto (2012) defendem que os estudos realizados por autores cognitivistas como Belkin (1980), Taylor (1986), Ellis (1989), Dervin (1998), Wilson (2000) entre outros, afirmam que a ausência de informação sobre um determinado assunto, gera uma lacuna cognitiva, que para ser preenchida, é preciso buscar informações que satisfaçam suas necessidades. Araujo e Pinto (2012) destacam, dentre os autores citados, a importante colaboração de Wilson (2000) ao entender que as lacunas informacionais estão diretamente ligadas à função que o sujeito exerce perante a comunidade, considerando que essas necessidades sofrem influências socioculturais, político-econômicas e físicas.

De acordo com Capurro (2003 apud ARAÚJO, 2012, p. 146) a partir dos anos de 1980 e 1990 as pesquisas na área da CI apontam o surgimento de um terceiro paradigma denominado “social”. O paradigma social entende que:

[...] o sujeito não é visto como um ser isolado, destacado de relações sociais e de um contexto sócio-cultural mais amplo, nem entendido apenas como um ser cognoscente, que se relaciona com o mundo apenas preenchendo “pedaços” de conhecimento àquilo que já possui na mente. [...] a informação é vista como uma construção social, algo que é definido no terreno da ação concreta de sujeitos em ações recíprocas (isto é, interação) [...].

Conforme o modelo social da CI, defendido por Capurro (2003 apud ARAÚJO, 2012), a informação deixa para trás a ideia de fenômeno objetivo, cuja existência era considerada como algo totalmente independente, e passa a considerar o indivíduo, os fatores sociais que o cercam e as trocas que esse sujeito tem com o mundo a sua volta, configurando essa abordagem baseada na interação dos sujeitos.

Dentro do campo e da história da CI existe uma área reservada aos estudos de usuários. Foi a partir desses estudos de usuários que surgiram os estudos de práticas informacionais, sendo este o objeto de estudo do presente trabalho. Dessa forma, é importante conhecer a origem desses estudos para melhor compreender as abordagens e os paradigmas da

informação, principalmente no que se refere ao entendimento sobre a construção do paradigma social e as práticas informacionais, a qual será o foco desse estudo. A história aponta a Universidade de Chicago como a primeira instituição a realizar os primeiros estudos com usuários de bibliotecas, em 1930. Estes estudos tinham o objetivo de identificar os hábitos de leitura dos usuários e o nível de influência social da biblioteca, mais tarde denominados como “estudos de comunidade.” (LEITÃO, 2005 apud ARAUJO, 2012).

Para Figueiredo (1979 apud ARAUJO, 2012) estas pesquisas com usuários mostraram-se como ferramentas fundamentais para avaliar a biblioteca, tanto do ponto de vista do acervo quanto dos serviços, com o foco sendo direcionado mais para o “uso” do que para os “usuários”. O objetivo das pesquisas consistia em entender o comportamento do acervo e da própria biblioteca, transformando os estudos de usuários numa ferramenta de diagnóstico para avaliar as coleções, desconsiderando naquele momento o comportamento e o perfil dos usuários.

No ano de 1948, ainda de acordo com Figueiredo (1994 apud ARAUJO, 2012) a conferência da Royal Society mostra que as pesquisas começam a tomar novos rumos. Passa-se então a dar ênfase nas estratégias de pesquisas dos cientistas e técnicos para alcançar seus objetivos de informação.

A partir desse momento os estudos mudaram o seu foco e de acordo com “[...] alguns autores, trata-se justamente do momento em que os estudos deixam de ser de usuários de bibliotecas e passam a ser de usuários da informação.” (CHOO, 2003; RABELLO, 1980 apud ARAUJO, 2012, p. 147).

Com os estudos voltados para os usuários da informação, Figueiredo (1994 apud ARAUJO, 2012) destaca três períodos que foram vivenciados a partir daí: o primeiro (de 1948 a 1965) tinha os estudos voltados para os cientistas das ciências naturais e engenheiros; o segundo (1965 a 1970) foram os tecnólogos e educadores; e o terceiro período (década de 1970) estudou-se os cientistas sociais e dirigentes de administração pública. Para Araujo (2012, p. 147), embora houvesse uma diferença entre os diversos autores da área, existia um modelo de comportamento informacional que era compartilhado por eles, modelo este em que:

Um usuário, diante da ausência de determinado conhecimento para prosseguir com sua linha de ação (lacuna informacional ou “estado anômalo do conhecimento”, na expressão de Belkin), se vê compelido a buscar informação em alguma fonte ou sistema.

Na visão de Araujo e Pinto (2012), o objeto da área de estudos de usuários da informação não é claramente definido. Existe uma variação entre o levantamento de empréstimos até o comportamento informacional de determinado grupo de pessoas, levando os estudos a uma divisão entre os “voltados para o sistema” ou “voltados para o usuário”. Os autores chamam atenção para este tipo estudo que distancia cada vez mais os serviços dos seus usuários, afastando-os da realidade que os cercam, podendo resultar na redução gradativa e até mesmo no fim desses serviços. No entanto, essa preocupação com relação ao modo de se estudar os usuários da informação abriu espaço para um novo tipo de investigação, voltado para o comportamento informacional do sujeito, considerando tanto o contexto dos indivíduos, quanto às lacunas e as formas de buscar a informação desejada (BERTI; BARTALO; ARAUJO, 2014).

Bartalo, Di Chiara e Contani (2011, p. 2 apud BERTI; BARTALO; ARAUJO, 2014, p. 227) trazem a definição de comportamento informacional, como sendo o:

[...] conjunto das atividades desencadeadas por uma necessidade de informação, ou seja, a busca, a comparação das várias informações acessadas, a avaliação, a escolha, o processamento cognitivo e a utilização da informação para suprir a necessidade primeira – incluindo a própria identificação da necessidade.

De acordo com Berti, Bartalo e Araujo (2014) a expressão comportamento informacional foi cunhada no final dos anos de 1970 pelo pesquisador Wilson, o qual foi motivado pelo avanço do paradigma que tinha o foco nos sistemas de recuperação da informação e depois passou a focar nos usuários, nas suas lacunas e no uso da informação.

Jovanovich e Bartalo (2015) defendem que “o comportamento informacional envolve as atividades de busca, compreensão, processamento cognitivo, uso e transferência da informação.”. Segundo os autores já citados, as necessidades ou simplesmente o desejo de obter mais conhecimento em determinado assunto, faz com que as pessoas busquem a informação para atender às necessidades daquele espaço vazio e construir novos saberes.

Dentro dessa temática de comportamento informacional, os estudos de Morigi e Krebs (2012) apontam que a informação (enquanto fenômeno sócio-cultural) tem por objetivo estimular as pessoas através das ações provocadas pelas práticas informacionais e pela criação do conhecimento criado pelas experiências da população como um todo.

Nesse sentido, Morigi e Krebs (2012, p. 135) definem a prática informacional como: “um conjunto de ações e dispositivos que abarca os processos de produção, comunicação e apropriação dos saberes, dos conhecimentos e das informações.”. Os autores dizem que as

práticas informacionais nada mais são que ações onde os indivíduos e grupos sociais criam, preparam e divulgam as suas experiências, constituindo os sentidos a partir de contextos. Para Marteleto (1994, p. 134 apud MORIGI; KREBS, 2012, p. 136):

O olhar antropológico dirigido à questão informacional permite que se construa a ideia de práticas de informação como mecanismos de apropriação, rejeição, elaboração de significados e valores, não numa sociedade sincrônica, que guarda uma relação direta e cumulativa com a tradição, mas naquela onde os sujeitos elaboram suas apresentações e executam suas experiências, onde estão presentes os antagonismos e a pluralidade.

De acordo com essa definição, entende-se que as diferenças entre os indivíduos funcionam como alicerce para a construção das práticas informacionais, pois cada sujeito está inserido dentro do seu mundo, constituído pelas suas experiências de vida, onde essas pessoas usam sua vivência para se relacionar com os demais contextos, trocando entre si informações de diversos tipos.

Os estudos de Capurro e Cabral (2003; 2007 apud MORIGI; KREBS, 2012, p. 136) concluíram que “a informação é uma dimensão da vida social, algo que permeia os processos interativos, o que significa que a informação e o conhecimento fazem parte das ações e da criação humana, constituindo-se como fenômeno da esfera cultural.”

Dentro desse contexto, Nascimento (2006, p. 30) destaca dentre as diversas abordagens da informação, a de “paradigma da comunicação, através do estudo comunicativo do uso e da busca da informação, examinando como as pessoas elaboram questões e criam respostas a estas questões.”. A autora traz o olhar “sociologizado” de Hjørland, considerando o paradigma social como fator de entendimento da informação, onde é proposta a análise de domínio como abordagem à CI. Nascimento (2006, p. 33) supõe em seu estudo que:

[...] o modo de agir dos sujeitos de natureza informativa que dá identidade a um domínio de conhecimento, definido nesta pesquisa como *prática informacional* é constituído de *informação construída* pelas estruturas informacionais pertencentes às *comunidades discursivas* e resultantes da interação do sujeito com o meio.

Nesta perspectiva, Hjørland (2007 apud NASCIMENTO, 2006, p. 31) define comunidade discursiva “[...] como científica, acadêmica ou profissional com estruturas de comunicação e publicação, tipos de documentos e terminologia específica e estruturas informacionais únicos [...]”.

A prática informacional pode ser entendida como o modo de agir, construir, trocar e interagir de um determinado grupo de pessoas, cujo objetivo é buscar, produzir e compartilhar a informação e o conhecimento dentro de um contexto. Este processo de construção sofre influências ocasionadas pelos fatores sociais e culturais da informação e das pessoas envolvidas nesta relação (SAVOLAINEN, 2007; ROOS, 2016 apud ZATTAR, 2017). De acordo Araujo (2012) a informação não carrega por si só uma materialidade ou um significado ou uma carga de entendimento, pois trata-se de uma atitude interacionista de um fenômeno complexo.

2.2 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

A palavra “competência vem do latim, *competentia* e significa proporção, simetria.” (SARAIVA, 1993, p. 260 apud FARIAS; CUNHA, 2009, p. 31). Para este autor a competência esta relacionada com “saber fazer algo” que por sua vez envolve uma série de habilidades. O termo competência é usado na literatura com sentido de “capacidade, conhecimento, habilidade e saber [...]” (MANFREDI, 1998 apud FARIAS; CUNHA, 2009, p. 31).

No campo de estudos da informação indica-se a competência em informação nesse contexto. O bibliotecário americano Paul Zurkowski foi o responsável pelo surgimento, em 1974, da expressão *information literacy* em seu relatório denominado *the information service environment relationships and priorities*. Ocupando o cargo de presidente da *Information Industry Association*, Zurkowski, previu mudanças significativas nessa área, motivando a partir daí o início de um movimento nacional em direção à *information literacy*. Para Zurkowski “os recursos informacionais deveriam ser aplicados às situações de trabalho, na resolução de problemas, por meio do aprendizado de técnicas e habilidades no uso de ferramentas de acesso à informação.” (DUDZIAK, 2003, p. 24).

Dudziak (2003) afirma em seu estudo que uma das definições de competência em informação mais citadas é o da American Library Association (ALA),

Para ser competente em informação, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando uma informação é necessária e deve ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação [...] Resumindo, as pessoas competentes em informação são aquelas que aprenderam a aprender. Elas sabem como aprender, pois sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar a informação e como usá-la de modo que outras pessoas

aprendam a partir dela (American Library Association - Presential Committee on Information literacy, 1989, p.1 apud DUDZIAK, 2003, p. 26).

Outro documento que aponta a definição de competência em informação é o da Association of College and Research Libraries (2000, p. 2 apud JOVANOVIĆ; BARTALO, 2015) no qual diz que uma pessoa é competente em informação a partir do momento em que ela está apta para:

Determinar a extensão de sua necessidade informacional; Acessar a informação de que precisa efetiva e eficientemente; Avaliar as informações e suas fontes criticamente; Incorporar a informação selecionada a sua base de conhecimentos; Usar a informação eficazmente para cumprir um propósito específico; Entender os problemas e questões econômicas, legais e sociais que se relacionam com o uso da informação e acessar e usar a informação ética e legalmente.

Para Dudziak (2003, p. 23) “A *information literacy* é a própria essência da competência em informação.”, pois ela está ligada à “necessidade de se exercer o domínio sobre o sempre crescente universo informacional. Incorporando habilidades, conhecimentos e valores relacionados à busca, acesso, avaliação, organização e difusão da informação e do conhecimento.”. O indivíduo competente em informação deverá usar suas habilidades e técnicas para proporcionar a competência em informação para aqueles que ainda não tenham essas habilidades, fazendo com que cada vez mais pessoas sejam capazes de se tornar independentes informacionalmente, replicando o conhecimento adquirido para outras pessoas, formando assim uma cadeia de aprendizado em competência em informação. Dentro desse contexto, surge em 1976, um novo sentido para a *information literacy* (IL). Os autores Hamelink e Owens viram a IL como uma ferramenta capaz de proporcionar ao sujeito uma libertação política. Não se tratava mais apenas de saber como adquirir a informação e transformá-la em conhecimento para solução de problemas ou tomada de decisão, tratava-se de relacionar essas informações com questões ligadas à própria cidadania e ao seu papel perante a sociedade (DUDZIAK, 2003).

De acordo com a autora, na década de 1980 surge um novo contexto para a IL. As novas tecnologias foram as responsáveis pelas mudanças nesse cenário, alterando as bibliotecas e os seus sistemas de informação, sobretudo nos Estados Unidos. Diante desse novo cenário, era necessário capacitar tecnologicamente às pessoas no âmbito informacional.

Dentro dessa perspectiva de mudanças, recentemente, a American Library Association (ALA) (2016, p. 3, tradução nossa) trouxe uma definição ampliada sobre o termo *Information Literacy*, passando a ser entendida como:

O conjunto de habilidades integradas que abrange a descoberta reflexiva da informação, a compreensão de como a informação é produzida e valorizada e o uso da informação na criação de novos conhecimentos e participação ética nas comunidades de aprendizagem.

Esta nova definição traz uma abordagem voltada tanto para o usuário quanto para o pesquisador que atua dentro deste campo de pesquisa, pois a informação é objeto para a construção do conhecimento e formação da cidadania.

No Brasil, a *information literacy* passa a ser estudada pelos bibliotecários responsáveis pelas pesquisas que envolviam a educação de usuários, tais como Alves, Breglia, Cerdeira, Flusser, Milanesi, Morn, Obata e Perroti (DUDZIAK, 2003).

Eventos importantes nesta área estão sendo promovidos em diversas cidades brasileiras com o objetivo de transmitir e conscientizar a sociedade sobre a importância de promover a Competência em Informação. Dentro dessa perspectiva, em 2011, foi organizado o XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBDD) apresentando a Declaração de Maceió sobre a Competência em Informação como o resultado da participação e trabalho desenvolvido por profissionais da área sobre o futuro da sociedade perante a quantidade de informação disponível e as formas e ferramentas que possibilitam o acesso adequado às informações. Dentre as principais reflexões trazidas no documento gerado a partir desse evento, destacam-se as seguintes:

As bibliotecas e outras instituições relacionadas com a informação estão conclamando a fomentar a melhoria dos níveis educacionais de toda a população, mediante a formação para o desenvolvimento humano e profissional, atividades de promoção da leitura, para o exercício da cidadania e o aprendizado ao longo da vida.

As bibliotecas e outras instituições relacionadas com a informação devem estabelecer parcerias para ações estratégicas e políticas públicas envolvendo o sistema de educação obrigatória [...] (DECLARAÇÃO ..., 2011).

Em 2013 foi realizado o XXV CBBDD na cidade de Florianópolis, abordando o tema “Competência em Informação e as populações vulneráveis: de quem é a responsabilidade?”, que deu origem ao documento denominado de “Manifesto de Florianópolis sobre a Competência em Informação e as populações vulneráveis minorias”. O Manifesto enfatiza o

papel da Competência em Informação (CoInfo) na atuação para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil na contemporaneidade com medidas voltadas para as minorias que devem ser tomadas, “principalmente, em relação às questões que envolvem o acesso e uso da informação para a construção do conhecimento, identidade e autonomia a fim de permitir a sua efetiva inclusão social” (MANIFESTO..., 2013). Dentro desse contexto, o documento apresenta as responsabilidades dos profissionais, instituições públicas e privadas, bem como as ações/recomendações a serem seguidas pelos mesmos.

O “III Seminário de Competência em Informação: cenários e tendências”, ocorreu em 2014 na cidade de Marília em São Paulo e apresentou algumas constatações e diretrizes com o objetivo de contribuir para a educação de toda a sociedade. Dentre as orientações destaca-se que “O exercício da democracia e dos direitos humanos reforçam as oportunidades em termos da redução das iniquidades sociais e das desigualdades regionais no contexto brasileiro.” (CARTA..., 2014). Sendo assim, a Carta de Marília, como ficou conhecida, documentou questões visando esforços à implementação da filosofia da Competência em Informação como um diferencial e fator importante para a base curricular da educação nacional, conforme se segue:

Os centros formadores em diferentes áreas, níveis e contextos educacionais devem realizar esforços de articulação que facilitem a inserção da filosofia da **CoInfo** nas diretrizes curriculares e nos projetos pedagógicos institucionais, de modo transversal e interdisciplinar, apoiando-se em modelos específicos para atender aos diferentes tipos de usuários de redes, sistemas, unidades e serviços de informação e conhecimento (CARTA..., 2014).

A Carta de Marília destaca também a importância da realização e participação dos profissionais da área da informação nesses eventos, cujo objetivo é promover e incentivar ações estratégicas direcionadas à Competência em Informação (CARTA..., 2014).

Outro marco importante dentro desse campo de estudos foi a Proclamação do Mês Nacional da Consciência da Competência em Informação pelo Presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Barack Obama. O mês de outubro de 2009 foi escolhido para representar a Competência em Informação. Esta proclamação teve por finalidade a de destacar “a necessidade de todos os americanos se adequarem nas habilidades necessárias à sua efetiva navegação na Era da Informação.” (OBAMA, 2009). Barack Obama (2009) defende que “uma cidadania educada e informada é essencial para o funcionamento da nossa sociedade moderna e democrática [...]”. Portanto, o documento assinado pelo presidente não só traz um

alerta sobre a capacidade que os indivíduos devem possuir para acessar a informação de modo que ela possa ser útil, como também serve de incentivo aos demais países ou instituições que ainda não estão promovendo ações direcionadas para a questão da Competência em Informação.

A partir do ano de 2014, a temática da Competência em Informação passa ser inserida na pauta de discussões do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB). O XV ENANCIB realizado na cidade de Belo Horizonte em 2014, com o tema “Além das nuvens: expandindo as fronteiras da Ciência da Informação” trouxe o I Seminário sobre Competência em Informação do ENANCIB, cujo tema foi “integrando as redes de pesquisadores: proposta de monitoramento e intercâmbio de atividades de pesquisa no Brasil” e teve por objetivo criar um espaço de reflexão, discussão e compartilhamento de experiências e práticas sobre a Competência em Informação e sua articulação com as Redes de Conhecimento Colaborativo. Os resultados obtidos a partir desses debates e reflexões deram origem ao documento “Relatório Geral do Evento” com o propósito de que o conhecimento possa ser disseminado e compartilhado, atingindo todos profissionais da área, bem como as instituições públicas e toda a população brasileira (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA; UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA; UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO, 2014). Nos anos seguintes os ENANCIB realizaram a mesma iniciativa em João Pessoa no ano de 2015 e em Salvador no ano de 2016. Nas duas oportunidades foi reafirmado o interesse e o compromisso do desenvolvimento de uma rede colaborativa de pesquisa em Competência em Informação a partir do estímulo do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Em 2017, a décima oitava edição do ENANCIB foi realizada nos dias 23 a 27 de outubro, no campus de Marília, trazendo como tema “Informação, Sociedade e Complexidade”. (ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2015; 2016; 2017).

No ano de 2015, o Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), juntamente com o Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro (UNIRIO) realizaram a primeira edição do evento, denominado como “I Fórum de Competência em Informação: pesquisas e práticas no Rio de Janeiro” (FÓRUM SOBRE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO, 2015). Atualmente, o Fórum está em sua terceira edição, sendo desde 2016 organizado pelo CBG. O objetivo principal do Fórum é o de aproximar os estudiosos da área, bem como os profissionais e interessados pela ampliação,

divulgação e reflexão sobre as práticas de Competência em Informação no Estado do Rio de Janeiro, assim como vem acontecendo em diversas outras regiões do país.

Como uma possibilidade de visualização da ampliação dos estudos da competência em informação no contexto dos sistemas de informação indica-se também a chamada competência em mídia e em informação, denominado *Information Literacy-Media Literacy* ou *Media and Information Literacy* (MIL), que considera essencial a promoção do “[...] conhecimento crítico sobre as funções de mídia e de sistemas de informação, bem como o conteúdo que eles fornecem (MOELLER, 2011)”. (ZATTAR, 2017, p. 274).

Diante dos eventos citados, percebe-se que a CoInfo está cada vez mais presente nos debates sobre os estudos da informação, tanto no Brasil como no exterior, mostrando que o papel por ela desempenhado é fundamental para que o campo possa expandir e alcançar as propostas debatidas. Espera-se que, num futuro próximo, a CoInfo seja parte dos projetos pedagógicos das instituições de ensino no Brasil e contribua efetivamente para a formação de sujeitos com pensamentos mais críticos e construtivos.

De forma a complementar este referencial teórico, na seção seguinte será apresentado um panorama da educação no Brasil, onde a proposta é mostrar o contexto histórico do ensino, bem como as políticas públicas e ações adotadas com base na legislação vigente, cujo objetivo é traçar novas diretrizes para a educação nacional.

3 PANORAMA DA EDUCAÇÃO/ ENSINO NO BRASIL

Esta seção apresenta o cenário da educação brasileira, mostrando sua formação garantida por meio da base legal, indicando o caminho percorrido e as mudanças que contribuíram para o presente contexto da educação nacional. Apresenta também dados estatísticos do censo escolar 2016 e aponta as reformulações indicadas no novo modelo do ensino médio, que está sendo discutido nos dias atuais.

A educação é um direito social, expresso no artigo 6º, do capítulo II, da Constituição Brasileira de 1988. O texto constitucional enumera todos os direitos sociais, trazendo como o primeiro desta relação entre todos os direitos, o da educação:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal de 88 traz também em seu artigo 22, inciso XXIV, a obrigação do estado no que se refere à educação. Nele está previsto que é competência privativa da União legislar sobre “[...] diretrizes e bases da educação nacional.” (BRASIL, 1988). No documento está prevista a competência dos três entes federativos, União, Estados e Distrito Federal, para legislar concorrentemente sobre a educação, conforme elencado no inciso IX, do artigo 24 “[...] educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.” (BRASIL, 1988).

Nas garantias constitucionais para a educação, e com base no artigo 22 já mencionado acima, em 20 de dezembro de 1996 foi criada a lei 9.394 estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional. Em seu 1º artigo, é ressaltado o contexto e abrangência de realização e desenvolvimento da educação. “Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (BRASIL, 1996). A partir desse instrumento legal, fica definido o escopo da educação escolar pública no Brasil, que se organizou da seguinte forma:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma:
a) pré-escola;

- b) ensino fundamental;
- c) ensino médio;
- II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;
- [...]
- IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;

Diante do exposto no artigo acima, a educação básica é formada pela “[...] educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.” (BRASIL, 1996). De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o objetivo da educação básica é desenvolver o aluno, garantindo uma formação necessária ao exercício da cidadania, contribuindo para sua progressão no campo profissional, bem como para estudos futuros. O artigo 23 da LDB (1996) destaca que a educação básica poderá ser organizada de diversas maneiras, como por exemplo, “[...] séries anuais, períodos semestrais, ciclos [...]”, e com base em critérios distintos, “[...] idade, competência [...]”, visando sempre o interesse no melhor processo de aprendizagem para o aluno (BRASIL, 1996). O tempo de duração para a conclusão do ensino regular da educação, de acordo com a LDB (1996) para o ensino fundamental, bem como para o ensino médio é de no mínimo 800 horas anualmente, utilizando minimamente 200 dias para o calendário letivo. Quanto à educação infantil, esta é ofertada em creches (crianças com até 3 anos de idade) e pré-escolas (crianças de 4 a 5 anos de idade), com atendimento de 4 a 7 horas por dia, somando 800 horas anuais e 200 dias trabalhados. Dentro desse contexto de organicidade e interesse na qualidade de ensino ofertado, tem-se as avaliações realizadas periodicamente pelo Ministério da Educação (MEC), para acompanhar as atividades e planos das instituições de educação pública e privada, com o objetivo de fiscalizar a qualidade do ensino, assim como também da estrutura física e pedagógica dessas entidades.

O MEC é o órgão da administração direta federal, responsável pela política nacional de educação, em seus diversos segmentos e níveis. De acordo com o próprio MEC, sua história teve início no ano de 1932, quando um grupo de intelectuais lançou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento este elaborado por Fernando de Azevedo e assinado por educadores, como Anísio Teixeira (BRASIL, 2017b). A sigla MEC surgiu em 1953, quando foi criado o Ministério da Saúde, separando as competências dos ministérios, ficando reservado os assuntos educacionais a cargo do Ministério de Educação e Cultura. Em 1985, foi criado o Ministério da Cultura, mas em 1992 o MEC foi transformado, por lei federal, em Ministério da Educação e do Desporto. Apenas em 1995 o MEC passa a ser responsável exclusivamente por assuntos educacionais (BRASIL, 2017b).

Dentro desse contexto legal e organizacional da educação, a LDB (1996) prevê no artigo 24 a competência das instituições de ensino para a oferta da educação de jovens e adultos, a qual é objeto desta pesquisa: “§ 2º Os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de educação de jovens e adultos [...] adequado às condições do educando, conforme o inciso VI do art. 4º.” Como complemento, o inciso IV estabelece que é dever do estado garantir “[...] acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria.” (BRASIL, 1996), garantindo assim o retorno à educação para uma parcela da população que foi excluída do ensino regular, conforme apresenta-se na subseção seguinte deste trabalho.

A educação brasileira vive um momento de transformação em sua estrutura atual de ensino, apresentando uma reforma no ensino médio. O “Novo Ensino Médio”, como está sendo chamado, propõe uma flexibilização da grade curricular, permitindo ao aluno escolher uma área para aprofundar o aprendizado. O novo modelo deverá ser composto por uma parte obrigatória a todas as instituições de ensino e outra parte flexível. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) será obrigatória e comum para todas as escolas, desde a educação infantil ao ensino médio (BRASIL, 2017c). A BNCC é um documento normativo, no qual é apresentado “um conjunto de orientações que deverá nortear os currículos das escolas, redes públicas e privadas de ensino, de todo o Brasil.” (BRASIL, 2017c). A parte comum a todos os estudantes será composta por 4 áreas do conhecimento, com duração de 1.800 horas. A proposta prevê a obrigação das disciplinas de Filosofia, Sociologia, Educação Física e Artes (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro) no ensino médio, bem como a disciplina da Língua Inglesa. O objetivo dessas mudanças se baseia na adequação do modelo de ensino considerando os interesses, aptidões e necessidades dos alunos, possibilitando, desde o ensino médio, a escolha do caminho a seguir no futuro. Para isso, o projeto deverá ser aprovado no Conselho Nacional de Educação, e depois será encaminhado ao MEC para homologação, e só após esse trâmite é que o novo ensino médio poderá ser implementado nas escolas (BRASIL, 2017c).

O documento “Censo Escolar 2016” elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e publicado em fevereiro deste ano mostra os primeiros resultados sobre o panorama da educação nacional. A educação básica, composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos apresenta um cenário preocupante, conforme os dados do gráfico 1.

Gráfico 1 - População fora das escolas – ano 2015



Fonte: INEP (2017).

O gráfico acima mostra que 2,8 milhões da população não frequenta a escola, apresentando, inclusive, uma maior concentração entre os alunos com idade de 4 a 6 anos, assim como os de 15 a 17 anos, somando um alto índice de alunos fora das salas de aulas no ano de 2015 (INEP, 2017). Percebe-se, com os números levantados, que a educação básica vive um momento de fragilidade, afetando diretamente a população infanto-juvenil, o que leva conseqüentemente, a um crescente número pela procura da alfabetização mais tarde, fora da idade adequada, tendo que se pensar em políticas públicas, como por exemplo, os programas de Educação de Jovens e Adultos, para possibilitar a esses alunos, o retorno às salas de aulas.

Em 1967, Freire (1967) já chamava a atenção para o número de crianças e adolescentes fora da escola. Naquela época o Brasil já apresentava um alto índice, onde o “número de crianças em idade escolar, sem escola, aproximadamente 4.000.000, e o de analfabetos, a partir da faixa etária de 14 anos, 16.000.000, a que se junta a inadequação de nossa educação, já referida, falam por si.” (FREIRE, 1967, p. 1).

3.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) “é uma modalidade de ensino amparada por lei e voltada para pessoas que não tiveram acesso, por algum motivo ao ensino regular na idade própria.” (SILVA; MARTINS, 2012, p. 232).

De acordo com Ribeiro (1997) a preocupação e o surgimento de ações voltadas para educação básica de adultos, dentro do contexto educacional brasileiro teve início a partir da década de 1930 com a consolidação de um sistema público de educação. Para a autora, o processo de industrialização e a concentração de pessoas nos centros urbanos foram fatores de transformação na sociedade, ampliando-se a partir daí a oferta e o acesso ao ensino básico gratuitamente. Sob essa perspectiva, em 1947 o governo federal lançou uma campanha nacional, denominada “Campanha de Educação de Adultos”, a qual estava dividida em duas etapas: a primeira etapa consistia numa ação extensiva, cujo objetivo era alfabetizar os alunos em três meses, seguida de mais outros dois períodos de sete meses, condensando dessa forma o curso primário na primeira fase. A segunda etapa baseava-se na “ação em profundidade”, pois tinha o foco na capacitação profissional e no desenvolvimento daquela comunidade. A campanha durou alguns anos e alcançou resultados significativos, porém na década de 1950 ela começa a perder força até ser extinta. A partir desta Campanha de Educação de Adultos foi criada uma rede de ensino supletivo com o apoio dos estados e municípios. Dentro desse contexto de ensino supletivo, o Ministério da Educação produziu o primeiro material didático voltado para a educação de jovens e adultos. Todas as escolas supletivas do país receberam o material intitulado de “O primeiro guia de leitura”, o qual se utilizava do método silábico para a aprendizagem (RIBEIRO, 1997). Esse modelo de ensino sofreu críticas tanto em relação às ações administrativas e financeiras, quanto à pedagógica, dando início a uma nova fase no processo de alfabetização de adultos. No início dos anos de 1960 uma proposta para alfabetizar adultos, trazida pelo pensador pedagógico Paulo Freire, torna-se inspiração para os principais programas de alfabetização e educação em todo o país. Com o apoio administrativo dos municípios, educadores do Movimento de Educação de Base (MEB), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dos Centros de Cultura Popular (CPC), organizados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), dos Movimentos de Cultura Popular, que reuniam artistas e intelectuais”, atuaram efetivamente no desenvolvimento e aplicação das novas diretrizes (RIBEIRO, 1997). Assim, em janeiro de 1964, pressionado pelos educadores, o governo federal aprova o Plano Nacional de Alfabetização. Baseado na proposta de Paulo Freire, o plano tinha por objetivo disseminar os programas de alfabetização em nível nacional.

No entanto, com a ditadura militar instaurada no país e os interesses advindos impediram que o projeto fosse desenvolvido (RIBEIRO, 1997).

Ribeiro (1997, p. 24) destaca a importância sobre a participação efetiva de Paulo Freire no processo de elaboração da nova proposta de alfabetização de adultos.

Paulo Freire elaborou uma proposta de alfabetização de adultos conscientizadora, cujo princípio básico pode ser traduzido numa frase sua que ficou célebre: “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Prescindindo da utilização de cartilhas, desenvolveu um conjunto de procedimentos pedagógicos que ficou conhecido como método Paulo Freire. Ele previa uma etapa preparatória, quando o alfabetizador deveria fazer uma pesquisa sobre a realidade existencial do grupo junto ao qual iria atuar. Concomitantemente, fazia um levantamento de seu universo vocabular, ou seja, das palavras utilizadas pelo grupo para expressar essa realidade. Desse universo, o alfabetizador deveria selecionar as palavras com maior densidade de sentido, que expressassem as situações existenciais mais importantes. Depois, era necessário selecionar um conjunto que contivesse os diversos padrões silábicos da língua e organizá-lo segundo o grau de complexidade desses padrões. Essas seriam as palavras geradoras, a partir das quais se realizaria tanto o estudo da escrita e leitura como o da realidade.

Após assumir o controle dos poucos programas de alfabetização permitidos naquela época, o governo federal decide criar em 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), tendo este sido amplamente difundido por todo o país durante a década de 1970. Em 1985 o Mobral foi encerrado, dando lugar à Fundação Educar, cujo objetivo era apoiar financeira e tecnicamente as iniciativas com quem mantivesse convênio, ou seja, com as instituições governamentais, civis ou até mesmo as empresariais (RIBEIRO, 1997). Em 1990 a Fundação Educar foi extinta, provocando um grande esvaziamento de políticas públicas voltadas para a educação de adultos, resultando, principalmente, na falta de material didático, de estudos e pesquisas nessa área, tornando o exercício da função cada vez mais difícil. Com isso, os estados e municípios tomam para si a responsabilidade sobre essa modalidade de ensino (RIBEIRO, 1997). Para Ribeiro (1997) a história da educação de jovens e adultos alcança a década de 1990 clamando por reformulações pedagógicas que garantam o acesso à cultura letrada, possibilitando que esse sujeito participe ativamente na esfera profissional, política e cultural.

Após o fim do regime militar e com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, se inicia uma nova etapa na história da educação brasileira, trazendo expressamente no texto da CF de 1988 o direito de todos à educação. De acordo com o caput do artigo 214, fica determinado que:

A lei estabelecerá o plano nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzem à:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar (BRASIL, 1988).

O artigo 208 da Constituição de 1988, no seu capítulo III, Seção I, Da Educação, estabelece que:

[...] o dever do estado será efetivado mediante garantia de:

- I - ensino fundamental, obrigatório e garantido, inclusive para os que a ela não tiveram acesso em idade própria;
- II - extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio (BRASIL, 1988).

A partir do texto dos artigos constitucionais, em 1996 foi promulgada a LDB, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional. O título III, Do Direito à Educação e do Dever de Educar, define que:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

- IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;
- VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola; (BRASIL, 1996).

Amparado na legislação vigente, o poder público, através de suas instituições de ensino passaram a olhar para essa parcela de indivíduos que estavam fora das salas de aula. Os artigos 37 e 38 da LDB complementam o disposto nos artigos anteriores:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

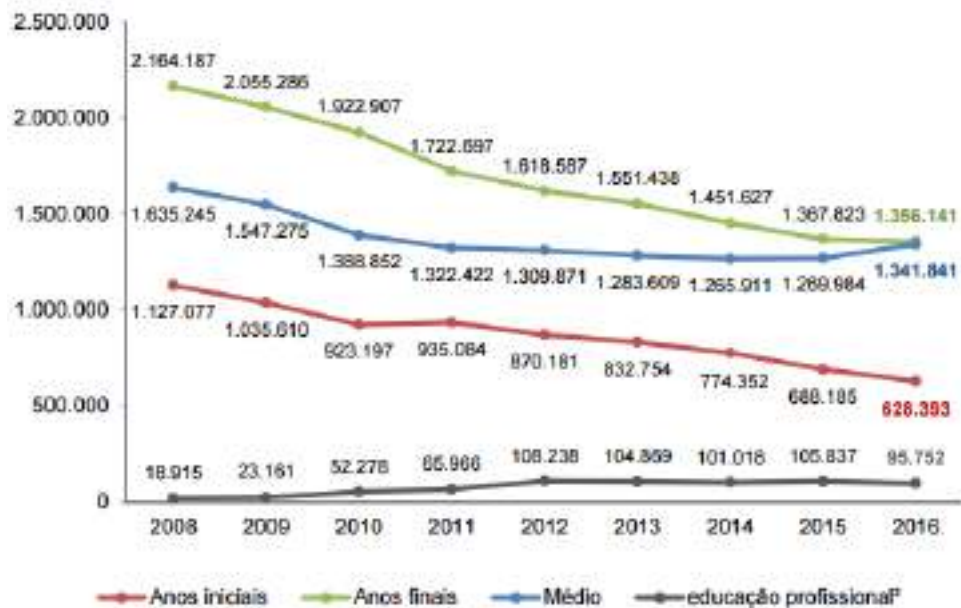
§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular (BRASIL, 1996).

A modalidade de ensino é ofertada nas instituições educativas municipais, estaduais e federais, públicas e privadas, de acordo com o que rege a legislação, a fim de garantir o acesso e a permanência dos jovens e adultos, assegurando a certificação de conclusão no ensino fundamental e médio por meio de aplicação de avaliações que permitam testar o conhecimento adquirido por esses alunos. O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) é o instrumento utilizado para avaliar e certificar os alunos dessa modalidade de ensino. Realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a participação no exame é voluntária e gratuita, destinando-se “aos jovens e adultos residentes no Brasil e no exterior, inclusive às pessoas privadas de liberdade, que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos na idade apropriada” (BRASIL, 2017a). Algumas instituições de ensino são habilitadas pelo MEC para avaliar e certificar a conclusão do ensino fundamental e médio por meio da Educação de Jovens e Adultos.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é o órgão vinculado ao Ministério da Educação responsável por coordenar e realizar anualmente o censo escolar, abrangendo todas as etapas e modalidades de educação básica do país, constando dentre elas a Educação de Jovens e Adultos, com o objetivo de orientar os atores educacionais a fim de que possam melhor compreender a situação no contexto educativo brasileiro e tomar decisões com base em dados reais (INEP, 2017). Sendo assim o gráfico 2 apresenta um panorama geral da situação educacional comparando os dados coletados nos anos de 2008 a 2016.

Gráfico 2 - Número de matrícula de EJA por etapa de ensino – Brasil – 2008 - 2016



Fonte: INEP (2017).

O gráfico mostra que dentre todas as etapas de ensino, o Médio foi a única etapa que teve crescimento no número de matrículas passando de 1.269,984 em 2015 para 1.341, 841 em 2016, as demais etapas de ensino tiveram queda no quantitativo de matrículas nesse mesmo período. É a partir da análise de dados como estes, que as instituições poderão e deverão avaliar as políticas implementadas na educação brasileira, com o objetivo de identificar as problemáticas que envolvem essa área, revendo os planos e as diretrizes educacionais.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino, que pode ser vista também como uma nova oportunidade de retomada e continuidade da formação básica que foi interrompida pelas dificuldades enfrentadas durante a vida. Diante dos resultados apresentados, observa-se que o número de pessoas que procuram esse tipo de ensino ainda é grande, apesar do número de matrículas ter diminuído nos anos iniciais e finais de EJA. Portanto é dever do estado garantir o acesso e permanência dos alunos a um sistema educacional que contemple essa parcela da população, assegurando por meio de políticas públicas um ensino de qualidade.

3.1.1 Projeto de Letramento de Jovens e Adultos

No ano de 2005, uma pesquisa realizada pela Assessoria de Desenvolvimento Social da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) deu origem à criação do Projeto de Letramento de Jovens e Adultos. A pesquisa constatou uma discrepância dentro do quadro de funcionários da mesma instituição, que tinha como parte da sua equipe pesquisadores e professores e por outro lado colaboradores analfabetos e analfabetos funcionais (APRESENTAÇÃO..., [2016]). Nesta época, o projeto teve início sob a responsabilidade da pedagoga Maria de Fátima Bacelar, iniciando as aulas com a primeira turma de trabalhadores terceirizados da UFRJ (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2016).

O principal objetivo do projeto de letramento é contribuir com o ensino, proporcionando aos colaboradores da instituição a possibilidade de aprendizado dentro do ambiente de trabalho. O projeto tem como público alvo, os trabalhadores da universidade e entorno, não alfabetizados ou aqueles que tenham dificuldades em leitura e escrita, principalmente nas unidades do Centro de Tecnologia (CT) da UFRJ (APRESENTAÇÃO..., [2016]).

A duração do curso é de três anos, dividido em três turmas de níveis diferenciados: o primeiro nível é chamado de Letramento Básico, direcionado aos alunos ainda não alfabetizados ou que reconhecem apenas alguns símbolos do português ou da matemática; o segundo nível é o Letramento Intermediário, voltado para os alunos que já foram alfabetizados no primeiro nível; e o terceiro nível, Letramento Avançado, cuja proposta é ensinar conteúdos mais aprofundados nas disciplinas de português e matemática, tendo em vista o conhecimento adquirido nos dois níveis anteriores (APRESENTAÇÃO..., [2016]).

A equipe pedagógica do projeto é constituída por servidores pedagogos e também pelos alunos de graduação da Faculdade de Letras e do Instituto de Matemática da própria universidade, somando um total de doze pessoas no grupo, estando à frente do projeto como Coordenadora, a servidora Solange Regina Gomes Bergamini, formada em Pedagogia, e como supervisora, a servidora Maria de Fátima Bacelar da Silva, também pedagoga. As aulas são realizadas diariamente, de segunda à sexta-feira, das 15h às 16h30min, nas salas onde são ministradas as aulas de graduação e pós-graduação no Centro de Tecnologia, na Cidade Universitária (APRESENTAÇÃO..., [2016]).

O Projeto... COPPE/UFRJ adotou como metodologia os princípios de Paulo Freire, que tem como base, o ensino a partir da realidade do educando, e não o contrário. Dessa

forma, o conteúdo programático das aulas é norteado pela educação de forma integral do aluno, visando o desenvolvimento cognitivo, social e emocional. Dentro dessa perspectiva metodológica o trabalho é desenvolvido também por meio das palavras geradoras, temas transversais e interdisciplinares com o objetivo de facilitar a compreensão dos novos conteúdos. Outro ponto importante para o trabalho desenvolvido pela equipe é a parceria com um projeto desenvolvido no Centro de Tecnologia da UFRJ e que também atua no campo da educação utilizando a informática, denominado Laboratório de Informática para a Educação (LipE), que vem desde do início do projeto colaborando com a inclusão dos alunos no mundo das tecnologias digitais. Para além dos conteúdos e aulas mencionados, há também espaço para as atividades extraclasse. Exemplo disso são as rodas de leitura, visitas a museus, teatros e pontos turísticos da cidade, participação como ouvintes em palestras e visitas aos espaços da própria universidade. O projeto de letramento também conta com o apoio da Decania do Centro de Tecnologia e da Direção da COPPE/UFRJ (APRESENTAÇÃO..., [2016]).

O Projeto... COPPE/UFRJ contemplou dentro do período de 2005 a 2016 um total de 200 alunos que se matricularam nas turmas, sendo que desse número total, foram alfabetizados 80 alunos. Uma parcela grande dos inscritos no projeto não chegam a etapa final do programa de alfabetização, na maioria das vezes, motivados por problemas pessoais ou pelo alto índice de violência nas comunidades que moram (APRESENTAÇÃO..., [2016]).

A alfabetização dos funcionários, por meio do Projeto... COPPE/UFRJ tem mostrado sua relevância para toda a comunidade, ou seja, para os alunos e para a equipe pedagógica, assim como para a própria instituição. Considera-se que o aprendizado construído possibilitará um conhecimento que poderá ser aplicado às tarefas cotidianas e do trabalho, ao mesmo tempo como a base necessária para a continuação dos estudos. Vislumbra-se que isso pode promover a cidadania, especialmente nos aspectos da formação profissional e pessoal dos indivíduos.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem desta pesquisa é do tipo exploratória e descritiva de natureza qualitativa. De acordo com Gil (2011, p. 27) o objetivo da pesquisa exploratória é “proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”. O autor fala também sobre a pesquisa descritiva, cujo papel é descrever as “características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.” (GIL, 2011, p. 28).

4.1 CAMPO DE PESQUISA, POPULAÇÃO E AMOSTRA

O campo de pesquisa para a realização deste estudo abrange a população do projeto de Letramento de Jovens e Adultos da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Gil (2011, p. 90-91) define a população de uma pesquisa como “um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características” e a amostra como o “subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população”. Sendo assim, a população deste trabalho é composta por pessoas das turmas de nível intermediário e avançado do Projeto... COPPE/UFRJ, o que totalizava, aproximadamente, 40 discentes. A amostra foi formada pelos presentes no dia da coleta (7 de novembro de 2017) para este trabalho de conclusão de curso, ou seja, 10 pessoas.

4.2 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

A seleção do Projeto, a composição da população e da amostra foram elaboradas levando em consideração o perfil da comunidade de alunos em uma turma voltada para a educação de jovens e adultos e os objetivos deste trabalho de conclusão de curso.

Ressalta-se que todas as escolhas empreendidas foram desenvolvidas de modo a garantir ao respondente que todos os dados fossem coletados e utilizados sem qualquer tipo de discriminação ou prejuízo e os resultados foram usados apenas para fins acadêmicos, preservando a identificação dos participantes ou a exposição de ideias e fatos não desejados. Todos os participantes poderiam desistir, a qualquer momento, de participar do estudo, não havendo qualquer consequência decorrente dessa decisão.

4.3 TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A técnica de coleta adotada para esta pesquisa foi o uso de questionários aplicados junto a uma amostra da população do projeto de Letramento de Jovens e Adultos da COPPE/UFRJ.

De acordo Gil (2011, p.121) o questionário é definido como “a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos [...] comportamento presente ou passado etc”. Foi então por meio de questionários que foram coletados os dados para a análise e identificação sobre as práticas informacionais de uma amostra dessa população. Como ponto de partida foi usada a definição da American Library Association (ALA) (2016), que considera, entre outras coisas, a perspectiva na participação crítica na prática informacional. Assim sendo, foi escolhida a publicação da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), sobre desinformação como referencial para a verificação da confiabilidade das fontes de informações utilizadas pelos alunos que compõem a amostra desta pesquisa, conforme a figura 1.

Figura 1 - Como identificar notícias falsas



Fonte: International Federation of Library Associations and Institutions (2017).

As questões foram elaboradas a partir de uma abordagem reflexiva, tomando como base os princípios da ALA e da IFLA sobre informação, cujo objetivo pretendido é o estudo das práticas informacionais dos alunos da modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O questionário (APÊNDICE B) foi composto por oito questões, organizados a partir das seguintes dimensões, quais sejam:

- dimensão 1 (perguntas 1 e 2): comunidade que compõe o Projeto;
- dimensão 2 (perguntas 3, 4, 5, 6 e 7): aspectos de busca e uso da informação;
- dimensão 3 (pergunta 8): critérios de avaliação das informações.

A coleta de dados foi realizada, com o acompanhamento de uma professora e da coordenadora do Projeto... COPPE/UFRJ, presencialmente, em sala de aula no dia 7 de novembro de 2017. Para isso, no início da aula foi apresentada a pesquisa aos presentes e feita

a leitura do questionário (APÊNDICE B) e do termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE A), que foram entregues no formato impresso a cada um, o que correspondia a um total de 10 alunos.

Os dados coletados foram sistematizados em uma planilha a partir da organização das perguntas, utilizando o *software* Microsoft Excel 2010. A ferramenta, após a sistematização dos dados, foi organizada a partir do recurso da tabela dinâmica, para que se pudesse fazer a análise quantitativa dos dados e também criar os gráficos numéricos e percentuais em todas as questões analisadas. Esperava-se facilitar a visualização e compreensão dos resultados obtidos de modo que a pesquisa pudesse ser relacionada ao referencial teórico deste trabalho de conclusão de curso. Por fim, considera-se que a análise dos dados pretendeu verificar os objetivos indicados nas três dimensões que orientaram a organização das perguntas.

5 PRÁTICA INFORMACIONAL E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O estudo da Prática Informacional e Competência em Informação realizado em uma comunidade dentro do contexto educacional, cujo foco é a Educação de Jovens e Adultos, pretendeu apresentar informações, a partir da formulação de questões, indicadas em três dimensões, conforme apresentado na seção anterior, a fim de estudar as Práticas informacionais desse grupo.

Conforme exposto, indica-se que a comunidade desta pesquisa é constituída por alunos que, dentre várias outras características, passaram por um processo de interrupção durante a vida escolar na idade certa, retomaram os estudos em idade adulta e compartilham suas experiências pessoais e profissionais por meio da interação entre todos os participantes do projeto, contribuindo para o processo de aprendizagem e formação dentro desse contexto. Sob essa perspectiva, Capurro (2003 apud ARAUJO, 2012, p. 146) indica que, de acordo com o paradigma social “[...] a informação é vista como uma construção social, algo que é definido no terreno da ação concreta de sujeitos em ações recíprocas (isto é, interação) [...]”.

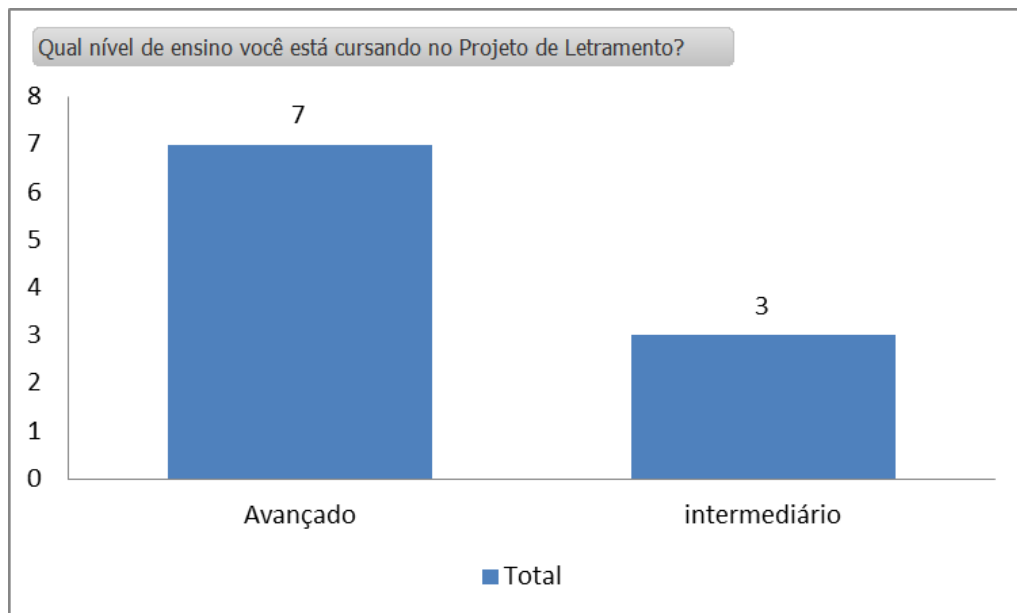
Nesse sentido, Savolainen e Roos (2007; 2016 apud ZATTAR, 2017) trazem o entendimento sobre Prática Informacional como sendo o modo de agir, construir, trocar e interagir de um determinado grupo de pessoas, cujo objetivo é buscar, produzir e compartilhar a informação e o conhecimento dentro de um contexto.

Com base nos estudos sobre a Prática informacional, que indicam a interação da comunidade e o seu cenário como fatores determinantes no processo de busca da informação e formação do conhecimento, a dimensão 1, composta pelas perguntas 1 e 2 do questionário, teve por objetivo identificar a comunidade e o contexto que compõe o Projeto de Letramento de Jovens e Adultos da COPPE/ UFRJ.

Antes de iniciar a apresentação das duas primeiras questões, é importante relembrar que o Projeto... COPPE/UFRJ é dividido em três etapas de ensino, por turmas separadas, a saber: Nível Básico, Nível Intermediário e Nível Avançado. Também é importante ressaltar que a proposta inicial seria realizar a aplicação do questionário na turma de Nível Avançado, tendo em vista que a passagem desses alunos pelos níveis Básico e Intermediário, poderiam representar a comunidade e suas as experiências vividas ao longo de sua participação nos três níveis do Projeto. No entanto, no dia da coleta, por questões de organização do dia, as turmas de Nível Intermediário e de Nível Avançado compartilharam da mesma aula, bem como da coleta de dados.

A primeira questão tinha por objetivo identificar em qual nível de ensino que o respondente estava inscrito no Projeto, a partir da pergunta “Qual nível de ensino você está cursando no Projeto de Letramento?”. As respostas mostraram que a maioria dos alunos presentes, ou seja, de 10 respondentes, sete responderam que estão cursando o Nível Avançado e três cursam o Nível Intermediário, conforme o gráfico 3, apresentado abaixo. Ressalta-se que esse resultado pode não indicar, necessariamente, que os alunos que estão no último nível possuam um índice maior de participação no projeto, já que a coleta se deu em apenas um dia. Além disso, destaca-se que o objetivo da questão não era averiguar a frequência, mas sim o nível que o aluno está cursando.

Gráfico 3 – Sobre o nível que o aluno está cursando no Projeto



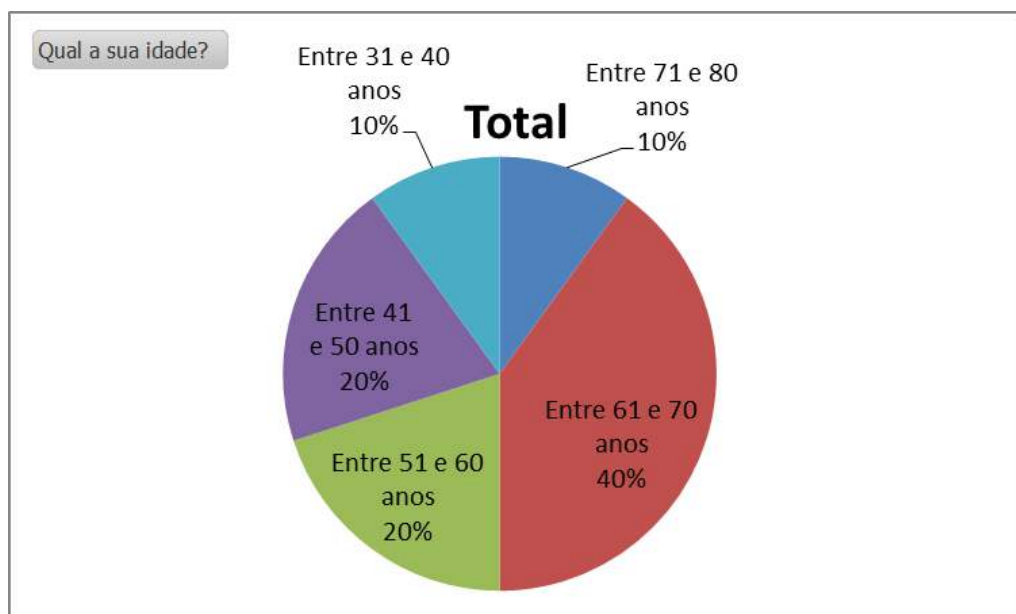
Fonte: A autora.

A participação em nível avançado pode indicar uma proximidade com a conclusão. Contudo, indica-se que ela está relacionada ao desenvolvimento de mais uma etapa dos caminhos que compõem a formação educacional. Destaca-se que o artigo 38 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) prevê que os sistemas de ensino “manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular” (BRASIL, 1996). De acordo com os programas do Ministério da Educação, ao encerrar esta etapa de aprendizagem, os alunos poderão participar de avaliações, cujo objetivo é adquirir a certificação de conclusão do ensino médio e fundamental. O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens

e Adultos (Encceja) é o instrumento utilizado para avaliar e certificar os alunos dessa modalidade de ensino. Realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a participação no exame é voluntária e gratuita, destinando-se “aos jovens e adultos residentes no Brasil e no exterior, inclusive às pessoas privadas de liberdade, que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos na idade apropriada” (BRASIL, 2017c). A realização da avaliação para obter o certificado de conclusão nesses níveis de ensino irá proporcionar uma nova etapa no processo educacional do aluno, dando a ele a oportunidade de seguir na sua formação por meio da continuidade dos estudos em outros níveis mais avançados.

Seguindo com o objetivo de identificar do perfil da comunidade estudada, o questionário contou com a seguinte pergunta: “Qual a sua idade?”. Está indagação pretendeu mostrar a faixa etária das pessoas que compõem a comunidade do Projeto de Letramento estudada nesta pesquisa, dentro do contexto apresentado. Os resultados apontam que a maioria dos participantes, ou seja, 40% da comunidade possui entre 61 e 70 anos de idade, seguidos de uma parcela correspondente a 20% com idade entre 51 e 60 anos, e outra parcela de 20% com idade entre 41 e 50, e por fim, duas parcelas da comunidade apresentam 10 % cada, sendo uma com idade entre 31 e 40 e a outra entre 71 e 80 anos de idade, como mostra o gráfico 4.

Gráfico 4 – Sobre a faixa etária da comunidade



Fonte: A autora.

Os resultados obtidos com esse questionamento confirmam a necessidade e a importância da elaboração de políticas públicas direcionadas para essa modalidade de ensino,

cujos objetivos são alfabetizar uma parcela da população que representa aqueles que não tiveram acesso à escola na idade apropriada, ou a chamada educação na idade certa. Nesse sentido, a LDB traz em seu artigo 24 a competência das instituições de ensino para a oferta da educação de jovens e adultos: “§ 2º Os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de educação de jovens e adultos [...] adequado às condições do educando, conforme o inciso VI do art. 4º.” (BRASIL, 1996). Como complemento, o inciso IV estabelece que é dever do estado garantir “[...] acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria.” (BRASIL, 1996). Portanto os resultados aqui demonstrados corroboram a existência de uma demanda para formação dos alunos em um contexto educacional diferenciado, tendo em vista que os dados coletados apontam para um número de estudantes que, em sua grande maioria, é formado por pessoas que atingiram a idade adulta e a terceira idade.

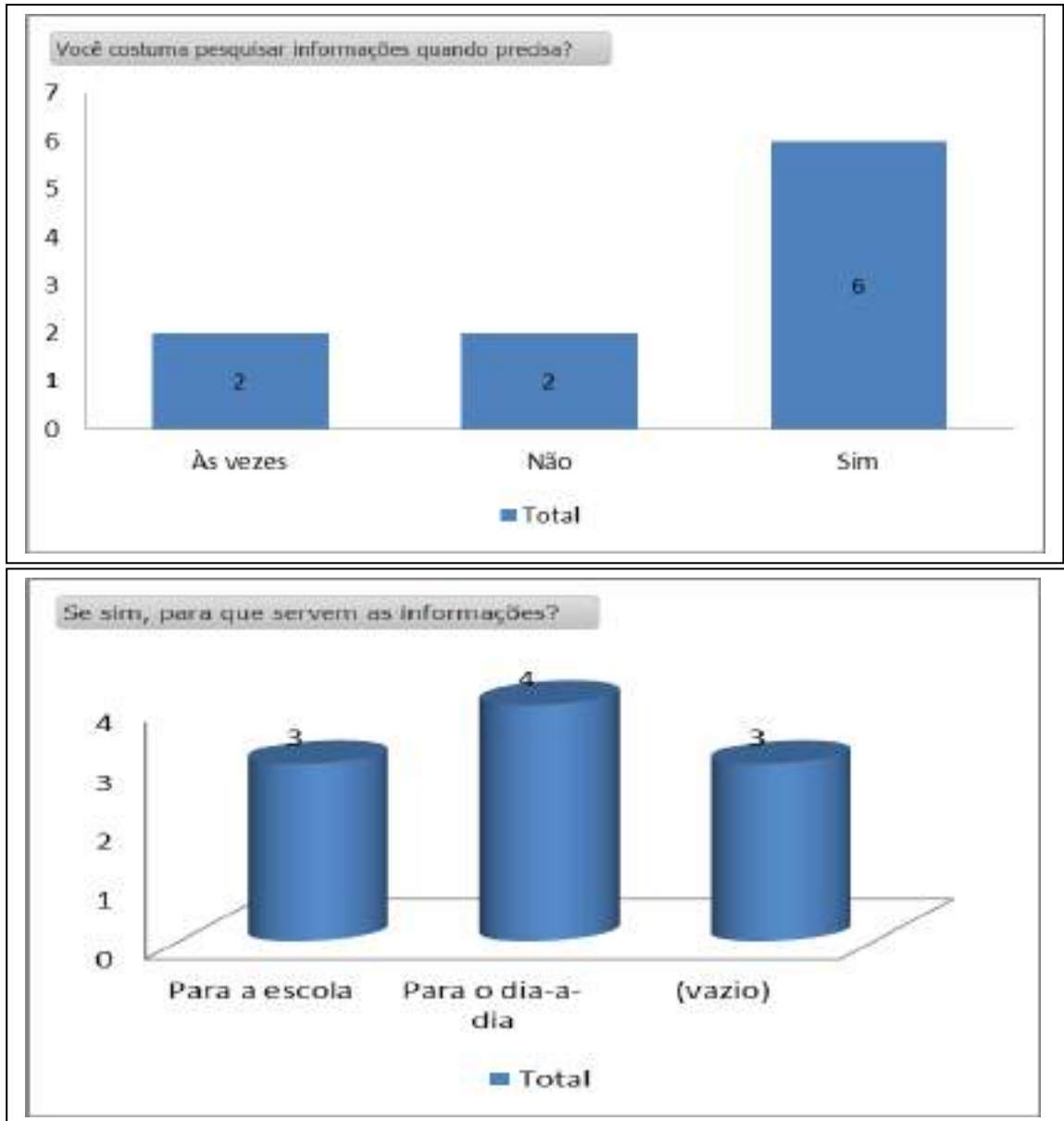
A dimensão 2 do questionário agrupa, na sequência, as perguntas 3, 4, 5, 6 e 7. Nestas questões pretendeu-se verificar os aspectos de busca e uso da informação dentro da presente proposta de pesquisa. Trata-se, portanto, de uma proposta que está orientada com a indicação da American Library Association (ALA) sobre ser competente em informação na medida em que considera que o indivíduo “deve ser capaz de reconhecer quando uma informação é necessária e deve ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação” (American Library Association - Presential Committe on Information literacy, 1989, p.1 apud DUDZIAK, 2003, p. 26).

A questão “Você costuma pesquisar informações quando precisa? Se você respondeu que sim na pergunta anterior: para que servem as informações?” teve como objetivo observar os aspectos ligados às ações de busca e uso da informação. A primeira parte da pergunta buscou identificar se o grupo realiza práticas informacionais para o desenvolvimento de estudos e pesquisas, ora denominado como competência em informação. O resultado mostrou que, de um total de dez participantes, seis responderam “Sim”, o equivalente a 60% das respostas positivas, enquanto que dois participantes responderam “Não” e dois responderam “Às vezes”. Isso mostra que a maioria está alinhada ao que a ALA compreende como ser competente em informação nas ações.

De modo a complementar a resposta da questão anterior, para aqueles que responderam “Sim”, foi questionado também para que serviam as informações pesquisadas. Dentre os 10 respondentes, três deixaram esta questão em branco, pois dois disseram na primeira parte da questão que não costumam pesquisar informações, e um havia respondido que às vezes costuma pesquisar, mas não disse para que serviam as informações quando faz a

pesquisa. Dentre os alunos que responderam para que servem as informações pesquisadas, 40% disse que usa no dia-a-dia e 30% usa as informações pesquisadas para a escola, conforme os dados apresentados no gráfico 5.

Gráfico 5 – Sobre busca e uso da informação



Fonte: A autora.

Os resultados demonstram que as necessidades de informação dos alunos que estão sendo alfabetizados por meio da Educação de Jovens e Adultos surgem a partir de dois cenários, em primeiro lugar no dia-a-dia e em seguida na escola, delineando tais espaços como principais ambientes onde nascem os questionamentos dessa comunidade.

Dentro do âmbito das dúvidas sobre as buscas, a quarta questão tinha o propósito de apurar outras opções utilizadas que serviam como um tipo de auxílio nas pesquisas. Para tal, foi proposta a questão “Quando precisa de alguma informação, você costuma perguntar para outras pessoas?”. Os resultados apontam que 90% dos respondentes disse que “Sim” para esta pergunta, e apenas uma pessoa respondeu “Às vezes”, conforme os dados do gráfico 6.

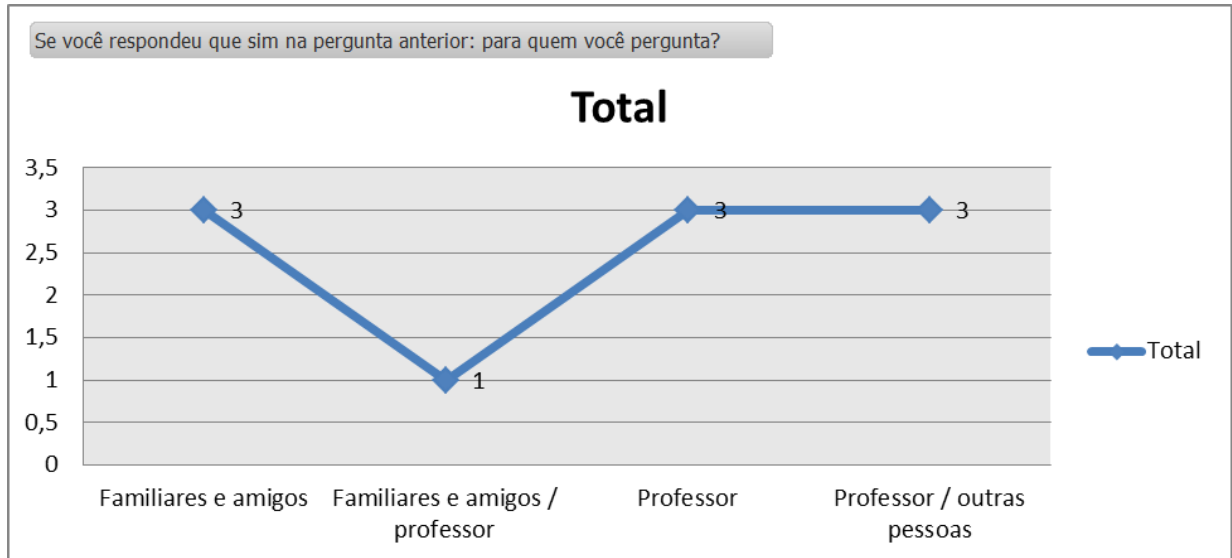
Gráfico 6 – Sobre as formas de buscas



Fonte: A autora.

O questionário apresentou uma pergunta complementar para aqueles que responderam “Sim” na questão anterior: “Se você respondeu sim na pergunta anterior: para quem você pergunta?” As respostas para essa indagação tiveram uma variação média, pois 30% dos alunos disseram que perguntam para o “Professor”, outros 30% preferem perguntar para “Familiars e amigos” e mais 30% perguntam tanto para o “Professor” quanto para “Outras pessoas” e 10% perguntam tanto para “Familiars e amigos” quanto para o “Professor”. Observou-se, portanto, que os alunos ficaram um tanto divididos entre as opções “familiares e amigos” e “professor”, porém percebe-se que em 70% das respostas, o “Professor” é apontado como a maior preferência dentre as opções na hora de perguntar alguma informação, de acordo com os dados descritos no gráfico 7.

Gráfico 7 – Sobre as pessoas para quem costumam perguntar

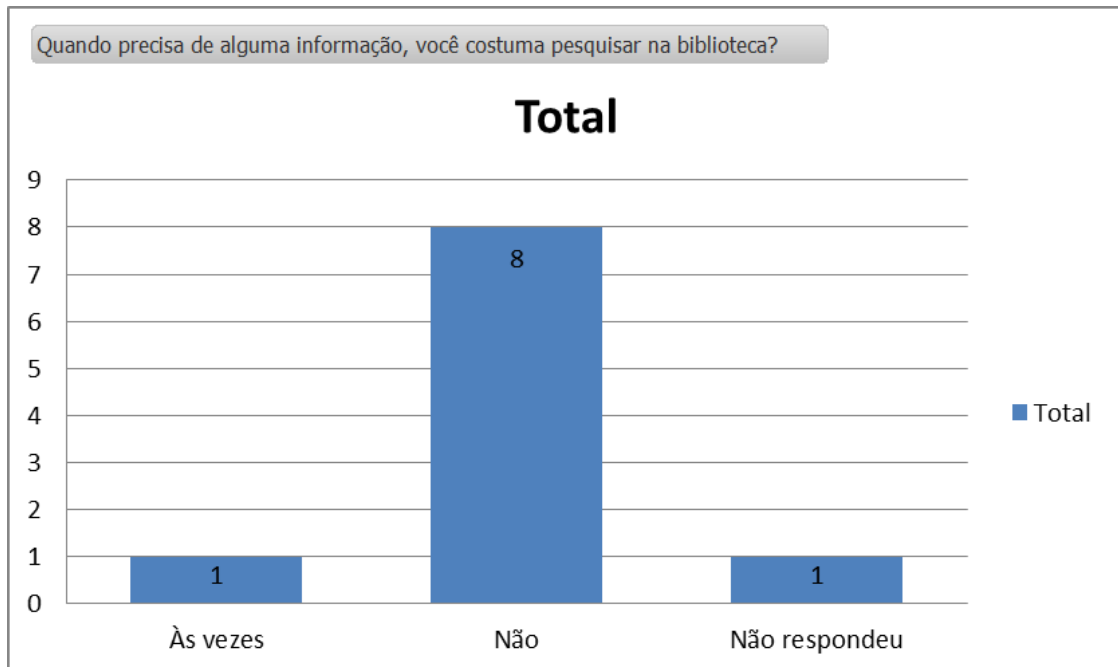


Fonte: A autora.

Diante dos dados coletados nesta pergunta pode-se afirmar que o professor é um ator de destaque no processo de prática informacional entre os alunos do Projeto de Letramento e a informação. O resultado dialoga com o debate apresentado no “III Seminário de Competência em Informação: cenários e tendências”, ocorrido em 2014 na cidade de Marília em São Paulo, no qual foram apresentadas algumas constatações e diretrizes com o objetivo de contribuir para a educação de toda a sociedade. Dentre as diretrizes documentadas, destaca-se que as instituições de ensino em “[...] diferentes áreas, níveis e contextos educacionais devem realizar esforços [...] que facilitem a inserção da filosofia da **CoInfo** nas diretrizes curriculares e nos projetos pedagógicos [...] para atender aos diferentes tipos de usuários[...]” (CARTA..., 2014).

Dando continuidade à análise dos resultados referente à dimensão 2, que trata sobre os aspectos de busca da informação, as questões 5 e 6 tinham como propósito apurar outros meios utilizados no caminho que a comunidade usava para auxílio às pesquisas. Desse modo, apresenta-se a quinta pergunta: “Quando precisa de alguma informação, você costuma pesquisar na biblioteca?”. O resultado, conforme apresenta-se no gráfico 8 revela que do grupo total, 80% dos respondentes disse que “Não” costuma pesquisar na biblioteca, uma pessoa não respondeu essa pergunta e outra disse que “às vezes” costuma ir à biblioteca para pesquisar.

Gráfico 8 – Sobre pesquisas em biblioteca



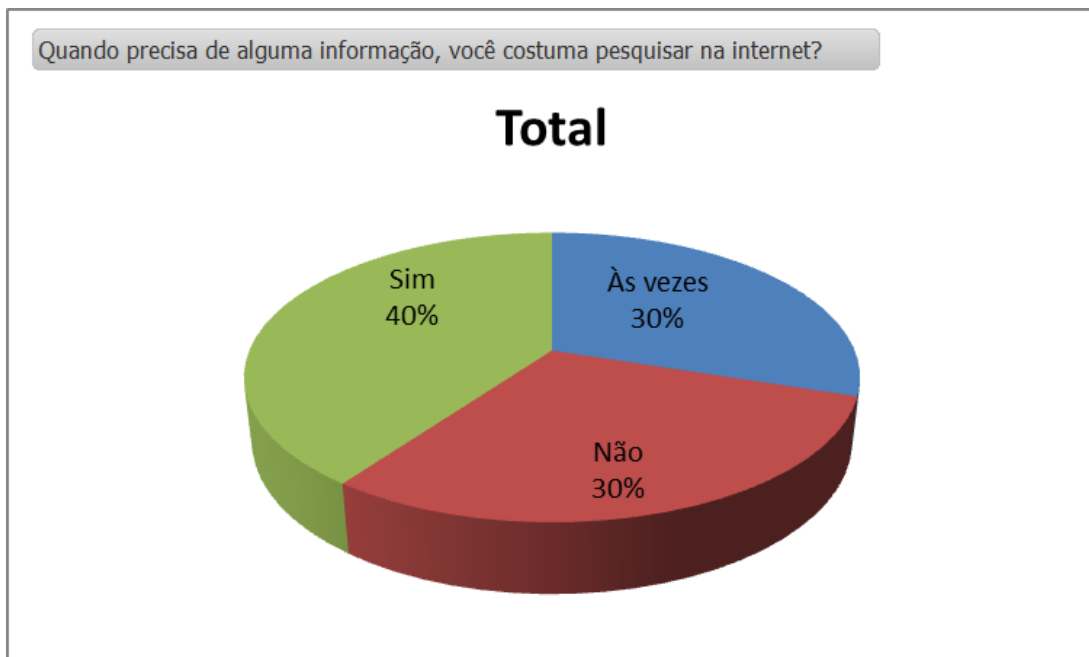
Fonte: A autora.

Os resultados apresentados acima evidenciam uma das principais reflexões debatidas no XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBDD) de 2011, que foi registrada na Declaração de Maceió sobre a Competência em Informação. O documento recomenda que “As bibliotecas e outras instituições relacionadas com a informação devem estabelecer parcerias para ações estratégicas e políticas públicas envolvendo o sistema de educação obrigatória [...]” (DECLARAÇÃO..., 2011). A partir disso, tem-se que as ações desenvolvidas em parceria entre a biblioteca/ os bibliotecários (as) e o Projeto de Letramento poderão atuar no processo de alfabetização. Complementarmente indica-se que a instituição que abriga o Projeto conta com mais de 40 bibliotecas e centenas de bibliotecários e, com isso, vislumbra-se a possibilidade de parcerias institucionais. Além disso, ressalta-se a visualização, no dia da coleta de dados, de uma iniciativa que pretende ser uma espécie de “biblioteca itinerante” que poderá, entre outras coisas, prover tais experiências.

Seguindo com o propósito de apurar outros meios utilizados nos processos das pesquisas feitas pelos alunos e relacionar com os estudos de competência em mídia e em informação, foi feita a pergunta 6 da seguinte forma “Quando precisa de alguma informação,

você costuma pesquisar na internet?”. Tal pergunta teve o objetivo de identificar se o grupo de alunos desse Projeto utiliza as ferramentas tecnológicas para facilitar o processo de aprendizagem. Como resposta a esse questionamento, o gráfico 9 aponta que 40% da totalidade dos participantes respondeu “Sim”, e que 30% desse mesmo grupo respondeu “Não” e mais 30% respondeu que “Às vezes” costuma fazer pesquisas na internet.

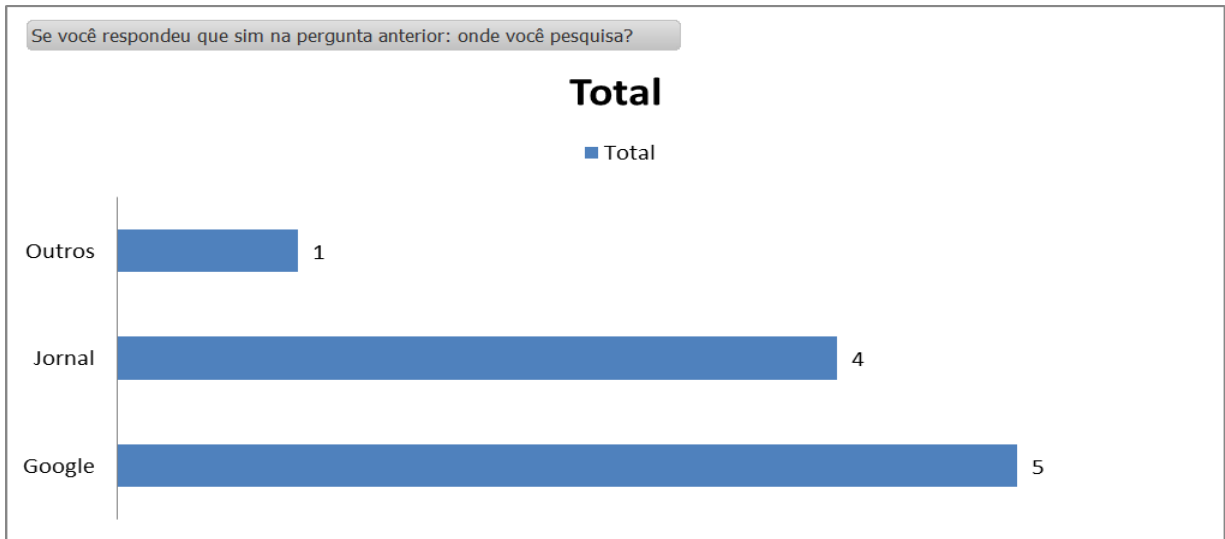
Gráfico 9 - Sobre pesquisas na internet



Fonte: A autora.

Para complementar a questão 6, sobre o costume de pesquisar na internet, foi perguntado para aqueles que deram uma resposta positiva à questão anterior, quais os canais mais utilizados a partir da seguinte indagação “Se você respondeu que sim na pergunta anterior: Onde você pesquisa?”. Observou-se que a metade dos respondentes, ou seja, cinco alunos responderam que pesquisam no “Google”, outra parte equivalente a 40% respondeu que prefere o “Jornal” e apenas um aluno respondeu que prefere pesquisar por “Outros” canais de informação dentro da internet, conforme os dados apresentados no gráfico 10.

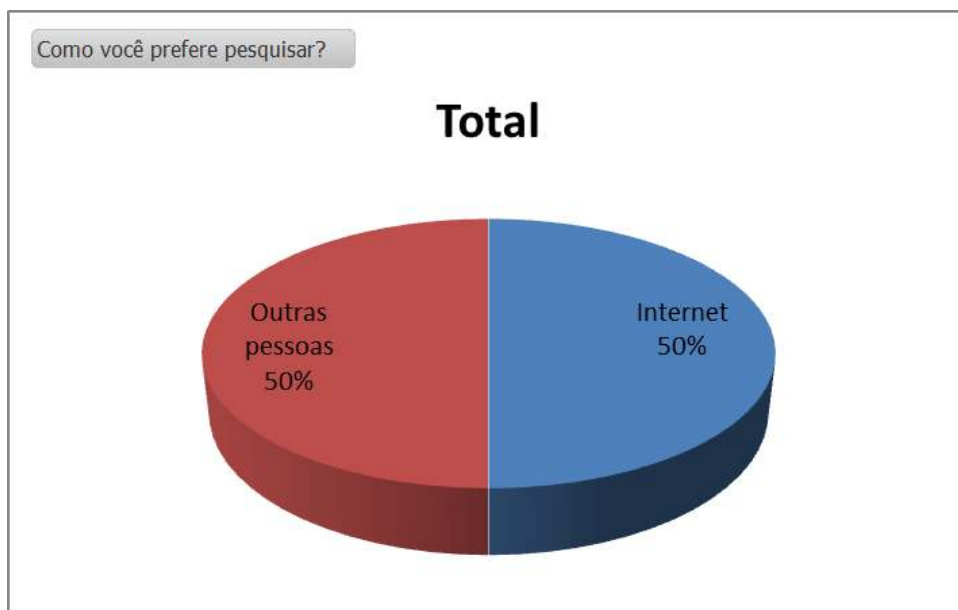
Gráfico 10 – Sobre os canais de pesquisa



Fonte: A autora.

Para encerrar a análise da dimensão 2, sobre os aspectos de busca e uso da informação, o questionário apresentou a pergunta “Como você prefere pesquisar?”. O resultado indicou como preferência duas formas adotadas pelos alunos que compõem a comunidade do projeto, a saber: 50% afirmou que prefere pesquisar na “Internet” e a outra metade prefere pesquisar consultando “Outras pessoas”, conforme apresentado no gráfico 11.

Gráfico 11 – Sobre preferência de como pesquisar



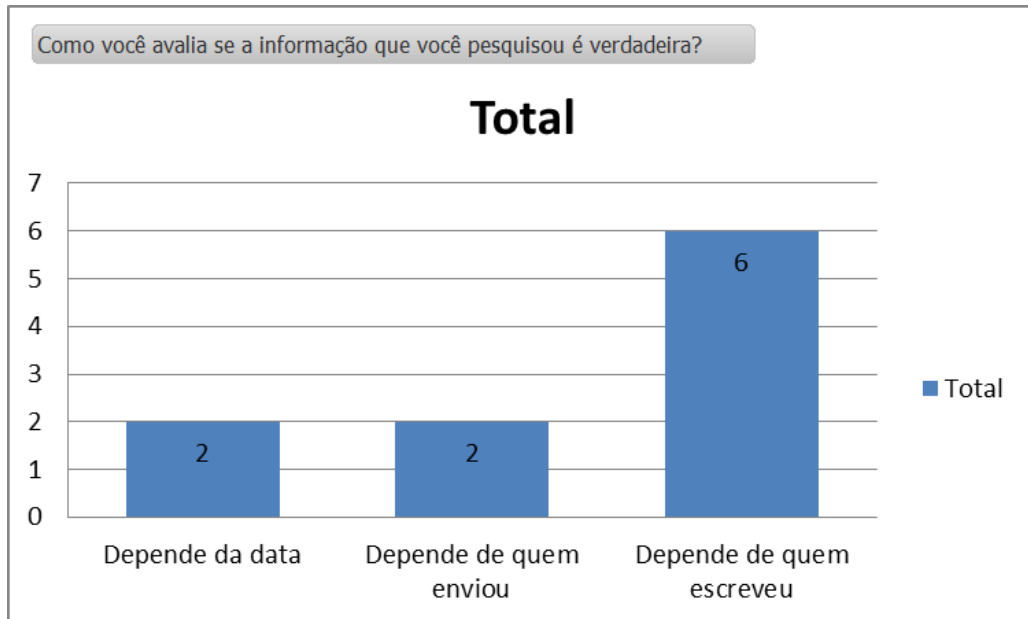
Fonte: A autora.

Os números apresentados nos gráficos 9, 10 e 11 demonstram que não há uma predominância de uso pela internet/ web em pesquisas feitas por essa comunidade. Outro fator é que quando um sujeito indica a consulta a outras pessoas talvez ele esteja também indicando o uso de *softwares* de mídias sociais, como por exemplo, o WhatsApp ou o Facebook. A partir disso deve-se estabelecer uma ligação direta com as noções de competência em informação, competência em mídia e em informação e a indicação exposta no documento proveniente da Proclamação do Mês Nacional da Consciência da Competência em Informação pelo então Presidente dos EUA. Tais indicações evidenciam a necessidade de um pensamento crítico para as ações da prática informacional, especialmente aquelas de busca, acesso e troca de informações necessárias à construção do saber, dentro da realidade de cada um. Marteleto (1994, p. 134 apud MORIGI; KREBS, 2012, p. 136) já dizia que:

O olhar antropológico dirigido à questão informacional permite que se construa a ideia de práticas de informação como mecanismos de apropriação, rejeição, elaboração de significados e valores, não numa sociedade sincrônica, que guarda uma relação direta e cumulativa com a tradição, mas naquela onde os sujeitos elaboram suas apresentações e executam suas experiências, onde estão presentes os antagonismos e a pluralidade.

A dimensão 3 do questionário apresenta a última pergunta, cujo objetivo pretendeu verificar os critérios de avaliação das informações pesquisadas pela comunidade do Projeto de Letramento de Jovens e Adultos da COPPE/ UFRJ. A pergunta “Como você avalia se a informação que você pesquisou é verdadeira?” obteve 60% das respostas como “Depende de quem escreveu”, já para 20% desse grupo entende que “Depende de quem enviou” e para os outros 20% “Depende da data” da informação, conforme verifica-se no gráfico 12.

Gráfico 12 – Sobre avaliação das informações



Fonte: A autora.

A partir dos resultados apresentados no gráfico 12, constata-se que a autoria/responsabilidade é considerada, pela comunidade do Projeto de Letramento, como um dos fatores mais relevantes para a veracidade das informações pesquisadas. De acordo com o infográfico da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) sobre a verificação da confiabilidade das fontes de informações, uma das formas para identificar notícias falsas é verificar o autor responsável pela informação. As respostas da comunidade têm conexão com o aspecto solidário da prática informacional na medida em que a validação da informação está ligada às questões de referência para o grupo pesquisado.

Nota-se que as práticas informacionais da comunidade do Projeto de Letramento de Jovens e Adultos da COPPE/ UFRJ têm relação com os princípios de Paulo Freire na medida em que os discentes constroem seus conhecimentos a partir das interações. Assim, indica-se que os resultados apresentados nesta pesquisa confirmam que as atividades desenvolvidas pela comunidade do Projeto de Letramento de Jovens e Adultos da COPPE/ UFRJ contribuem simultaneamente para o processo de aprendizagem e para a formação das práticas informacionais do grupo. Utilizar esse espaço de interação para promover atividades cujas ações visem a capacitação dos alunos e a descoberta de novas habilidades para torná-los cada vez mais autônomos nas atividades de busca, uso e avaliação da informação possibilitará a essa comunidade uma independência dentro e fora do ambiente escolar, promovendo o aprendizado ao longo da vida e, com isso, garantindo o direito à cidadania e inclusão social.

6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa permitiu verificar diferentes contextos de ensino por meio do resgate da trajetória dos aspectos relacionados à educação no Brasil. Conhecer algumas mudanças e políticas que foram implementadas pelos governos anteriores e também pelo vigente foram fundamentais para entender o cenário atual de ensino nacional. Percebe-se que há grandes desafios a serem superados nesse âmbito, pois, como observou-se nesta pesquisa durante a apresentação dos dados, a educação brasileira ainda não é acessível a todos grupos, embora ela seja um direito garantido na Constituição Federal de 1988.

As pessoas com menor índice econômico são, por vezes, as mais atingidas pela falta de acesso à educação. Percebe-se que nos últimos anos foram implementadas novas políticas públicas direcionadas tanto para a educação básica, quanto para educação de jovens e adultos, a fim de garantir o acesso à escola. No entanto, os dados apresentados comprovam que há um longo caminho a percorrer para que essa garantia corresponda de fato às reais necessidades da população, visto que nem todas as instituições de ensino disponibilizam programas voltados para a alfabetização de jovens e adultos. A constatação de que uma parcela da população não tem acesso à educação básica coloca uma discussão sobre a cidadania nas práticas educacionais quando observadas como direito básico.

Por outro lado, a modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA), cujo objetivo é atender a população que não foi alfabetizada na idade certa, demonstra que o processo de alfabetização de pessoas em idade adulta se dá por meio das relações e interação entre toda a comunidade, ou seja, pelos alunos, professores e pela instituição de modo geral. Esta parceria atua como um facilitador na aprendizagem e no desenvolvimento dos projetos educacionais voltados para a referida comunidade, uma vez que a formação do indivíduo é o objetivo principal da educação.

As atividades desenvolvidas no processo de aprendizagem do Projeto de Letramento de Jovens e Adultos da COPPE/ UFRJ, que tem por base uma metodologia de ensino que traz a realidade do aluno para dentro da sala de aula, fazem parte da construção do conhecimento e se constituem pelas práticas informacionais desse grupo, pois é por meio das experiências pessoais e suas trocas que essas pessoas descobrem novos saberes e incorporam este novo em suas vidas. Mostra-se, portanto, que as práticas informacionais dos alunos desta comunidade de EJA estão relacionadas diretamente ao contexto no qual estão inseridos no seu cotidiano.

Como desafio para o desenvolvimento desta pesquisa destaca-se a dificuldade em identificar nas normas, a partir de que idade os jovens se enquadram dentro desta modalidade

de ensino, cujo foco é a educação de jovens e adultos. A legislação trata da idade adequada para a formação básica na idade apropriada, mas não define a idade que um jovem deve conter para ingressar na modalidade de EJA.

É importante destacar que a presente pesquisa traz mais uma vez para esta área a reflexão sobre o papel da Biblioteconomia e da sua atuação perante a formação de um indivíduo no processo de aprendizagem. Mostra-se que para formar um cidadão capaz de desenvolver o pensamento crítico é necessário desenvolver nele habilidades que o torne competente informacional, desenvolvendo assim a sua consciência sobre o aprender a aprender. Outro ponto bastante relevante desta pesquisa para a área biblioteconômica é o fato de se olhar para além das pesquisas existentes no campo da educação básica e regular, abrindo espaços também para novas pesquisas dentro de novos contextos, como a do caso aqui apresentado sobre a educação com foco nos jovens e adultos. Portanto, cabe lembrar que uma das justificativas para a elaboração do trabalho com o enfoque neste tema foi a perspectiva de continuidade da pesquisa, embora os estudos nessa área se mostrem no princípio de sua construção, tendo em vista o pequeno número de publicações nacionais sobre o assunto, demonstra-se o interesse e a necessidade pelos estudos num campo específico da educação, qual seja a EJA.

Em síntese tem-se que o trabalho apresentado, com o objetivo de estudar a prática informacional e competência em informação numa comunidade dentro do contexto de EJA, permitiu identificar as ações deste grupo, visualizando o modo de agir dos mesmos quando trata-se de identificar, buscar, usar, avaliar e trocar informação e também produzir novos conhecimentos dentro do seu contexto. O estudo permitiu que fossem observadas as questões da ação informacional e da atuação biblioteconômica do no contexto da educação. Dessa forma, sugere-se como outro ponto de partida para a continuação da pesquisa nesta área, os estudos das práticas informacionais dos professores que atuam no contexto da Educação de Jovens e adultos, a fim de identificar as ações desse grupo e de verificar a relação dessas ações com o processo de ensino.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Association of College and Research Libraries. **Framework for Information Literacy for Higher Education**. Chicago, 2016. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>>. Acesso em: 17 set. 2017.
- ANDRIOLA, W. B. Avaliação diagnóstica da educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 82, p. 171-196, jan./mar. 2014.
- [APRESENTAÇÃO do Projeto de Letramento de Jovens e Adultos COPPE/UFRJ]. Rio de Janeiro, [2016]. Documento fornecido pela coordenadora pedagógica do Projeto: Solange Regina Gomes Bergamini.
- ARAUJO, C. A. A. Paradigma Social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 145-159, jan./abr. 2012.
- ARAUJO, C. A. A.; PINTO, F. V. M. Contribuição ao campo de usuários da informação: em busca dos paradoxos das práticas informacionais. **TransInformação**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 219-226, set./dez. 2012.
- BELLUZZO, R. C. B. O estado da arte da competência em informação (CoInfo) no Brasil: das reflexões iniciais à apresentação e descrição de indicadores de análise. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 47-76, jan./jul. 2017.
- BERTI, I. C. L. W.; BARTALO, L.; ARAUJO, C. A. A. Comportamento informacional de pais de crianças com síndrome de dow. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 225-248, jan./abr. 2014.
- BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 7 maio 2017. Não paginado.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 7 maio 2017. Não paginado
- BRASIL. Ministério da Educação. **Encceja**. Brasília, DF, 2017a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/encceja>>. Acesso em: 20 nov. 2017. Não paginado.
- _____. Ministério da Educação. **Institucional**: Apresentação. Brasília, DF, 2017b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/institucional>>. Acesso em: 6 set. 2017. Não paginado.
- _____. Ministério da Educação. **Novo ensino médio**: dúvidas. Brasília, DF, 2017c. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#barra-brasil>>. Acesso em: 18 out. 2017. Não paginado.

CARTA de Marília. In: SEMINÁRIO DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: cenários e tendências. 3., 2014, Marília, SP. **Anais...** Marília, SP: UNESP, 2014. Não paginado.

DECLARAÇÃO de Maceió sobre a competência em informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: Sistema de Informação, Muticulturalidade e Inclusão Social. 24., 2011, Maceió, **Anais...** Maceió: FEBAB, 2011. Não paginado.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003.

_____. Competência informacional: análise evolucionária das tendências da pesquisa e produtividade científica em âmbito mundial. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 1-22, jul./dez. 2010.

DUDZIAK, E. A.; FERREIRA, S. M. S. P.; FERRARI, A. C. Competência informacional e midiática: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 213-253, jan./jul. 2017.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16. 2015, João Pessoa. **II Seminário de Competência em Informação**. João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015>> . Acesso em 18 set. 2017.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17. 2016, Salvador. **III Seminário de Competência em Informação**. Salvador: UFBA, 2016.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18. 2017, Marília. **IV Seminário de Competência em Informação**. Marília: UNESP, 2017.

FARIAS, C. M.; CUNHA, M. V. O bibliotecário escolar e suas competências. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 19, n. 1, p. 29-35, jan./abr. 2009.

FÓRUM SOBRE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO, 1., 2015, Rio de Janeiro. **Relatório...** Rio de Janeiro: UNIRIO; UFRJ, 2015. Não paginado.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. Educação e conscientização. In: _____. **Educação como prática de libertação**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1967. Cap. 4, p. 1.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA; UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA; UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO. **Relatório geral do evento**. In: SEMINÁRIO SOBRE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DO ENANCIB, 1., 2014, Belo Horizonte. Brasília, DF: IBICT, 2014. Não paginado.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Como identificar notícias falsas**. [S.l.], 2017. Disponível em <https://www.ifla.org/publications/node/11174>. Acesso em: 1 nov. 2017.

INEP. **Censo escolar 2016**: Notas estatísticas. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/apresentacao/2017/apresentacao_censo_escolar_da_educacao_basica_%202016.pdf>. Acesso em: 29 maio 2017.

JOVANOVIČH, E. M. S.; BARTALO, L. Comportamento informacional dos egressos na área jurídica: a busca pela competência. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., João Pessoa, 2015. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2010. Não paginado.

MAIOLINO, E. S. Relação estado e sociedade civil nas políticas educacionais para a educação de jovens e adultos. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 75-87, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/18064>>. Acesso em: 3 set. 2017.

MANIFESTO de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., Florianópolis, 2013. **Anais...** Florianópolis: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições, 2013. Não paginado.

MOREIRA, J. R. **A prática da competência em informação**: estudo do impacto de um projeto de extensão na formação escolar. 2017. 54 f. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia)– Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MORIGI, V. J.; KREBS, L. M. Redes de mobilização social: as práticas informacionais de Greenpeace. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 133-142, set./dez. 2012.

NASCIMENTO, D. M. A abordagem sócio-cultural da informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 25-35, jul./dez. 2006.

OBAMA, B. **National Information Literacy Awareness Month, 2009**: a proclamation. Washington, DC: White House, 2009. Não paginado.

RIBEIRO, V. M. M. **Educação de Jovens e Adultos**: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental. São Paulo: Ação Educativa. Brasília, DF: MEC, 1997.

SILVA, G. S.; MARTINS, M. S. A. Educação de jovens e adultos (EJA): a luta pelo desenvolvimento da cidadania. **Nucleus**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 231-240, abr. 2012.

SILVA, R. A. As práticas informacionais das profissionais do sexo da zona boêmia de Belo Horizonte: descrição do objeto de pesquisa e apresentação dos relatos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., Rio de Janeiro, 2010. **Anais...**Rio de Janeiro: IBICT, 2010. Não paginado.

SOARES, L. As especificidades na formação do educador de jovens e adultos: um estudo sobre a proposta de EJA. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 303-322, ago. 2011.

SOUSA, L. C. S. Biblioteca escolar como suporte informacional no processo de ensino e aprendizagem para os alunos do proeja. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 224-234, jul./dez., 2014. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/16032>>. Acesso em: 3 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia. **Planeta COPPE notícias**: projeto de Letramento da Coppe realiza cerimônia de formatura de estudantes. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.coppe.ufrj.br/pt-br/planeta-coppe-noticias/noticias/projeto-de-letramento-da-coppe-realiza-cerimonia-de-formatura-de>> Acesso em: 18 set. 2017.

ZATTAR, M. Competência em Mídia e em Informação no ensino em Biblioteconomia: um breve relato de experiência. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 272-279, jan./jul. 2017.

_____. **Prática informacional em redes no domínio da governança da água**: um estudo sobre o processo de produção do conhecimento. 2017. 159 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)– Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2017.

**APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO:
SUJEITO (A) DA PESQUISA**

Grupo a ser pesquisado: Alunos do Projeto de Letramento de Jovens e Adultos da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE) – UFRJ.

Você está sendo convidado (a) a participar como colaborador (a) da pesquisa “**Prática Informacional e Competência em Informação na Educação de Jovens e Adultos**”

Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro / Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas / Faculdade de Administração e Ciências Contábeis / Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação

E-mail de contato: comissaotcc.cbg@gmail.com

Orientador: Marianna Zattar

SIAPE: 1654103

E-mail de contato: mzattar@facc.ufrj.br

Orientando: Lidiane Araújo Firmino

DRE: 114045568

E-mail de contato: lidibiblio2014.la@gmail.com

1 OBJETIVO DA PESQUISA

O objetivo geral deste trabalho é estudar as práticas informacionais dos alunos da modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

2 EXPLICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS

A pesquisa possui uma abordagem exploratória e descritiva, tendo sido definida como população, a comunidade desta Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Para a coleta de dados, foi definido o uso de questionário, que será aplicado a uma amostra de alunos do Projeto de Letramento de Jovens e Adultos da COPPE, desta instituição. O questionário é composto por oito (8) questões objetivas, onde o respondente irá selecionar a opção de sua escolha.

O questionário tem por objetivo obter informações que possam auxiliar na identificação das práticas informacionais do grupo da amostra. Após a coleta desses dados, será feita uma análise para apresentação dos resultados na conclusão desta pesquisa.

3 POSSÍVEIS RISCOS E DESCONFORTOS

Os procedimentos envolvidos neste estudo não devem proporcionar desconfortos ou riscos ao sujeito da pesquisa. Tampouco, proporcionará exposição de ideias e fatos não desejados.

4 DIREITO DE DESISTÊNCIA

O sujeito da pesquisa poderá desistir, a qualquer momento, de participar do estudo, não havendo qualquer consequência decorrente dessa decisão.

5 SIGILO

Todas as informações obtidas no estudo poderão ser publicadas com finalidade exclusivamente acadêmica. E será preservada a identidade do respondente (nenhum nome será identificado em qualquer material divulgado sobre o estudo).

Para casos específicos, em que seja previamente combinado com o pesquisado, a publicação da identidade do (s) sujeito (s) deverá ser explicitamente autorizada no verso deste documento.

6 TERMO DE CONSENTIMENTO COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____,
CPF _____, declaro ciência das informações acima com os devidos esclarecimentos das minhas dúvidas. Sendo assim, por este instrumento, tomo parte, voluntariamente, do presente estudo.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) participante ou responsável.

**APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS DO PROJETO DE
LETRAMENTO DE JOVENS E ADULTOS DA COORDENAÇÃO DOS
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA (COPPE) - UFRJ**

1. Qual nível de ensino você está cursando no Projeto de Letramento?

- Nível básico
- Nível intermediário
- Nível avançado

2. Qual a sua idade?

- Entre 15 anos e 20 anos
- Entre 21 e 30 anos
- Entre 31 e 40 anos
- Entre 41 e 50 anos
- Entre 51 e 60 anos
- Entre 61 e 70 anos
- Entre 71 e 80 anos
- Mais de 80 anos

3. Você costuma pesquisar informações quando precisa?

- Sim
- Não
- Às vezes

Se você respondeu que sim na pergunta anterior: para que servem as informações?

- para a escola
- para o trabalho
- para o dia-a-dia

4. Quando precisa de alguma informação, você costuma perguntar para outras pessoas?

- Sim
- Não
- Às vezes

Se você respondeu que sim na pergunta anterior: para quem você pergunta?

- familiares e amigos
- colegas de trabalho

- professor (a)
- outras pessoas

5. Quando precisa de alguma informação, você costuma pesquisar na biblioteca?

- Sim
- Não
- Às vezes

6. Quando precisa de alguma informação, você costuma pesquisar na internet?

- Sim
- Não
- Às vezes

Se você respondeu que sim na pergunta anterior: onde você pesquisa?

- Facebook
- WhatsApp
- Jornal
- Google
- Outros

7. Como você prefere pesquisar?

- Outras pessoas
- Internet
- Biblioteca

8. Como você avalia se a informação que você pesquisou é verdadeira?

- Depende de quem compartilhou
- Depende de quem enviou
- Depende de quem escreveu
- Depende da data